

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
EM REDE NACIONAL

ANTÔNIO RODRIGUES DO NASCIMENTO FILHO

**ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NA COMPREENSÃO DE
ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:**
um estudo na Amazônia Oriental

Santana/AP

2024

ANTÔNIO RODRIGUES DO NASCIMENTO FILHO

**ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NA COMPREENSÃO DE
ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:
um estudo na Amazônia Oriental**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Professor Dr. Diego Armando Silva da Silva

Santana/AP

2024

Biblioteca Institucional - IFAP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N635e Nascimento Filho, Antônio Rodrigues do
Estágio curricular supervisionado na compreensão de estudantes do ensino médio integrado a educação: um estudo na Amazônia Oriental/ Antônio Rodrigues do Nascimento Filho - Santana, 2024.
81 f.: il.

Dissertação (Mestrado) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Santana, Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, 2024.

Orientador: Diego Armando Silva da Silva.

1. Estágio. 2. Educação Profissional. 3. Ensino Médio Integrado. I. Silva, Diego Armando Silva da , orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do IFAP
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
COORDENAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - ProfEPT

Ata 9/2024 - COPROFEPT-STN/COGEN-STN/DEN-STN/DIGERAL-STN/STN/IFAP

19 de abril de 2024

ATA DE SESSÃO DE AVALIAÇÃO DE DISSERTAÇÃO E PRODUTO EDUCACIONAL

LINHA DE PESQUISA:

- Práticas Educativas em EPT
 Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em EPT

Título da Dissertação: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NA COMPREENSÃO DOS ALUNOS: Um estudo no Instituto Federal do Amapá, Campus Laranjal do Jari

Produto Educacional: Cartilha- Estágio do ensino integrado: o que eu preciso saber?

Mestrando: Antônio Rodrigues do Nascimento Filho

Orientador: Prof. Dr. Diego Armando Silva da Silva

Aos 17 dias do mês de abril de 2024, na sala online, às 15 h, com duração de **2 horas e 20 minutos**, a Comissão Avaliadora emitiu o seguinte parecer:

A Dissertação foi:

Aprovada Aprovada com Ressalva Reprovada

Ficha de Avaliação de Produto/Processo Educacional

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO AMAPÁ

Discente: Antônio Rodrigues do Nascimento Filho

Título da Dissertação: **ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NA**

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NA**COMPREENSÃO DOS ALUNOS:** Um estudo no Instituto Federal do Amapá, Campus Laranjal do JariTítulo do Produto Educacional: **Cartilha- Estágio do ensino integrado: o que e preciso saber?**

Orientador: Prof. Dr. Diego Armando Silva da Silva

FICHA DE VALIDAÇÃO DE PRODUTO/PROCESSO EDUCACIONAL (PE)

Complexidade - compreende-se como uma propriedade do PE relacionada às etapas de elaboração, desenvolvimento e/ou validação do Produto Educacional. *Mais de um item pode ser marcado	<p>(x) O PE é concebido a partir da observação e/ou prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação ou tese.</p> <p>(x) A metodologia apresenta clara e objetivamente a forma de aplicação e análise do PE.</p> <p>(x) Há uma reflexão sobre o PE com base nos referenciais teóricos e teórico-metodológico empregados na respectiva dissertação ou tese.</p> <p>() Há apontamentos sobre os limites de utilização do PE.</p>
Impacto – considera-se a forma como o PE foi utilizado e/ou aplicado nos sistemas educacionais, culturais, de saúde ou CT&I. É importante destacar se a demanda foi espontânea ou contratada.	<p>() Protótipo/Piloto não utilizado no sistema relacionado à prática profissional do discente.</p> <p>(x) Protótipo/Piloto com aplicação no sistema Educacional no Sistema relacionado à prática profissional do discente.</p>
Aplicabilidade – relaciona-se ao potencial de facilidade de acesso e compartilhamento que o PE possui, para que seja acessado e utilizado de forma integral e/ou parcial em diferentes sistemas.	<p>(x) PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto, mas não foi aplicado durante a pesquisa.</p> <p>() PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto e foi aplicado durante a pesquisa, exigível para o doutorado.</p> <p>(x) PE foi aplicado em diferentes ambientes/momentos e tem potencial de replicabilidade face à possibilidade de acesso e descrição.</p>
Acesso – relaciona-se à forma de	<p>() PE sem acesso.</p> <p>(x) PE com acesso via rede fechada. () PE com acesso público e gratuito.</p> <p>() PE com acesso público e gratuito pela página do</p>

acesso do PE.	Programa. <input checked="" type="checkbox"/> PE com acesso por Repositório institucional - nacional ou internacional - com acesso público e gratuito
Aderência – compreende-se como a origem do PE apresenta origens nas atividades oriundas das linhas e projetos de pesquisas do PPG em avaliação	<input type="checkbox"/> Sem clara aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa do PPG stricto sensu ao qual está filiado. <input checked="" type="checkbox"/> Com clara aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa do PPG stricto sensu ao qual está filiado.
Inovação – considera-se que o PE é/foi criado a partir de algo novo ou da reflexão e modificação de algo já existente revisitado de forma inovadora.	<input type="checkbox"/> PE de alto teor inovador (desenvolvimento baseado em conhecimento inédito). <input checked="" type="checkbox"/> PE com médio teor inovador (combinação e/ou compilação de conhecimentos preestabelecidos). <input type="checkbox"/> PE com baixo teor inovador (adaptação de conhecimento(s) existente(s)).
Breve relato sobre a abrangência e/ou a replicabilidade do (PE): Deixa claro a aplicabilidade do seu produto educacional e replicabilidade e como poderá ser utilizado na educação profissional.	

CONSIDERANDO OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS E APÓS ANÁLISE, TESTES E ARGUIÇÕES, O PARECER SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL EM TELA É:

APROVADO

REPROVADO

Assinatura dos Membros da Banca de Avaliação

Presidente (Orientador): Prof. Dr. Diego Armando Silva da Silva

Membro Interno: Prof. Dra. Nubia Deborah Araujo Caramello

Membro Externo: Prof. Dr. Vinícius Batista Campos

Mestrando: Antônio Rodrigues do Nascimento Filho

Santana-AP, 17 de abril de 2024.

Documento assinado eletronicamente por:

- **David Figueiredo de Almeida**, Coordenador do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ProfEPT - FUC-001 - FUC0001 - COPROFEPT-STN, em 19/04/2024 12:10:53.
- **Diego Armando Silva da Silva**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 19/04/2024 12:16:50.
- **Vinícius Batista Campos**, Vinícius Batista Campos - 203515 - Pesquisador em ciências da educação - Instituto Federal do Amapá - Campus Santana (1), em 19/04/2024 15:41:42.
- **Antonio Rodrigues do Nascimento Filho**, COORDENADOR - FG0001 - COPPI-LRJ, em 19/04/2024 17:49:01.
- **Nubia Deborah Araujo Caramello**, Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas, FUC-01, do Campus Laranjal do Jari. - FUC0001 - COLICBIO, em 19/04/2024 19:11:25.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 19/04/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 89706
Código de Autenticação: ff416e13e0



À minha mãe *Creuza Ferreira dos Santos* (In Memoriam), pelos ensinamentos e por tudo que representa para mim.

Ao meu querido filho, *Joaquim Pagno Nascimento*. Que este trabalho seja uma lembrança de que seus abraços e risos foram minha motivação para superar desafios e conquistar este objetivo. Filho, és minha fonte de felicidade.

Com todo o meu amor e carinho a vocês,

Antônio Rodrigues do Nascimento Filho

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial a minha irmã Lucilene Santos, pelo carinho e incentivo.

Ao meu filho Joaquim, por ser minha fonte de inspiração e motivação.

Ao meu orientador, professor Diego Armando, pelo apoio e confiança.

À banca examinadora, na qualificação e na defesa da dissertação, professores Doutores, Nubia Deborah de Araújo Caramello e Vinicius Batista Campos, pelas significativas sugestões para o bom desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores do ProfEPT do Instituto Federal do Amapá, campus Santana.

Aos meus colegas de turma, cuja amizade e colaboração tornaram esta jornada acadêmica mais rica, significativa e vitoriosa.

A todos os estudantes do campus Laranjal do Jari que se voluntariaram, participando desta pesquisa.

Obrigado a todos e viva a Educação Pública!

“O estágio curricular supervisionado é o elo entre teoria e prática, onde a sala de aula se encontra com a experiência, e o aprendizado se torna uma jornada viva.”

Autor desconhecido.

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), Campus Santana. O tema abordado foi estágio curricular supervisionado na educação profissional técnica de nível médio, articulada de forma integrada. O estudo do tema em questão foi desenvolvido com base na percepção de alunos do Instituto Federal do Amapá, Campus Laranjal do Jari. Teve como objetivo analisar a compreensão dos alunos do terceiro ano do ensino médio integrado (concluintes), sobre o estágio curricular supervisionado obrigatório. A pesquisa buscou responder o seguinte problema: os alunos do terceiro ano do ensino médio integrado do IFAP, no campus Laranjal do Jari, compreendem o estágio curricular supervisionado obrigatório como prática pedagógica que resulta em contribuição para a sua formação profissional, intelectual, social e os prepara para serem inseridos no mundo do trabalho? Como instrumentos de coleta de dados, a investigação fez uso da pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionário junto aos alunos. A abordagem adotada foi qualitativa e também a quantitativa. De maneira geral, os resultados indicaram que a maioria dos alunos pesquisados entende o conceito de estágio e reconhecem sua importância para a formação profissional. No entanto, o estudo também revelou a existência de lacunas no que se refere a esclarecimentos sobre as diretrizes, regulamentos, avaliações e acompanhamento por parte de supervisores e orientadores de estágios. Para trabalhar essas lacunas, foi elaborado um produto educacional: uma cartilha contendo orientações gerais sobre estágio curricular supervisionado. Espera-se que essa cartilha, juntamente com outras estratégias pedagógicas, contribua para fortalecer o entendimento do estágio e sirva de guia orientativo, para as coordenações de cursos, setores de gerenciamento de estágio no campus e para os alunos. Oferecendo-lhes uma compreensão mais abrangente do estágio curricular supervisionado em todo contexto que ele está inserido na EPTNM.

Palavras-chave: formação profissional; estágio; trabalho; ensino médio integrado; IFAP.

ABSTRACT

This research was developed within the scope of the Professional Master's Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amapá (IFAP), Campus Santana. The topic covered was supervised curricular internship in secondary technical professional education, articulated in an integrated way. The study of the topic in question was developed based on the perception of students at the Instituto Federal do Amapá, Campus Laranjal do Jari. It aimed to analyze the understanding of students in the third year of integrated high school (graduates) about the mandatory supervised curricular internship. The research sought to answer the following problem: students in the third year of integrated high school at IFAP, on the Laranjal do Jari campus, understand the mandatory supervised curricular internship as a pedagogical practice that results in a contribution to their professional, intellectual, social and social training. prepare them to enter the world of work? As data collection instruments, the investigation made use of bibliographical and documentary research and the application of a questionnaire to students. The approach adopted was qualitative and also quantitative. In general, the results indicated that the majority of students surveyed understand the concept of internship and recognize its importance for professional training. However, the study also revealed the existence of gaps regarding clarifications about guidelines, regulations, evaluations and monitoring by supervisors and internship advisors. To address these gaps, an educational product was created: a booklet containing general guidelines on supervised curricular internship. It is expected that this booklet, together with other pedagogical strategies, will contribute to strengthening the understanding of the internship and serve as a guide for course coordinators, internship management sectors on campus and for students. Offering them a more comprehensive understanding of the supervised curricular internship in every context in which it is inserted at EPTNM.

Keywords: professional training; Internship; work; Integrated secondary education; IFAP

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1	Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.....	17
2.2	Aprendizagem e competências desenvolvidas por meio do estágio	21
2.2.1	O trabalho como princípio educativo	24
2.3	Estágio no Brasil: contexto histórico-legal	28
2.3.1	Estágio na Rede Federal de Educação.....	31
2.3.2	Instrumentos de Regulamentação do Estágio no IFAP	33
3	METODOLOGIA	35
3.1	Características da Pesquisa	35
3.2	Instrumentos de Coleta de Dados.....	35
3.2.1	Consulta Bibliográfica.....	35
3.2.2	Consulta Documental	36
3.2.3	Questionário.....	37
3.3	Local e Público-Alvo da Pesquisa.....	38
3.4	CrITÉrios de Inclusão e Exclusão dos Sujeitos da Pesquisa.....	39
3.5	CrITÉrios Éticos.....	39
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
4.1	Gênero dos Sujeitos da Pesquisa	41
4.2	Idade dos Sujeitos da Pesquisa.....	42
4.3	Percurso Formativo do Sujeito da Pesquisa no Ensino Fundamental	44
4.4	Autodeclaração da cor/raça dos Sujeitos	45
4.5	Fator que Influenciou a escolher estudar o Ensino Médio na EPTNM.....	46
4.6	Distribuição dos Participantes por Curso.....	48
4.7	Entendimentos sobre as Diretrizes do Estágio	49
4.8	Conhecimento Quanto à Avaliação e Pontuação do Estágio	52
4.9	Contribuições do Estágio Para a Formação Técnica Profissional.....	54
4.10	Papel do Supervisor de Estágio	56
4.11	Papel do Orientador de Estágio.....	58
4.12	Informações Sobre o Estágio	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
	REFERÊNCIAS.....	66

APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL	74
a) Produto Educacional	74
b) Justificativa da criação do Produto Educacional	75
c) Características pedagógicas do Produto Educacional	76
d) Cartilha pedagógica do estágio	76
ANEXO I - QUESTIONÁRIO	78

1 INTRODUÇÃO

O estudo em questão concentra-se na temática do estágio curricular supervisionado no ensino médio integrado à Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio (EPTNM). Nesse tipo de ensino, o estágio é um componente pedagógico que permite aos estudantes integrar os conceitos teóricos estudados em sala de aula com a prática profissional realizada no ambiente de trabalho.

Para viabilizar a realização do estágio nessa modalidade de ensino, é necessário que os Projetos Políticos Pedagógicos (PPC) dos cursos o incluam como componente obrigatório para conclusão do curso e obtenção do diploma. Uma das características dos itinerários formativos apresentados pelos cursos ofertados pelas instituições de ensino que fazem parte da Rede Federal, como os Institutos Federais, por exemplo, é a presença do estágio curricular supervisionado obrigatório.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) integrante da Rede Federal de ensino, oferta cursos técnicos em diversas formas e modalidades, incluindo o ensino médio integrado. Através dos PPCs desses cursos, a instituição busca articular o ensino, a pesquisa, a extensão, a tecnologia, a inovação e a prática profissional por meio do estágio curricular supervisionado. O objetivo é proporcionar uma formação abrangente, qualificando os estudantes para se destacarem no mundo do trabalho e na sociedade.

Contudo, para alcançar essas metas, é essencial que os alunos inscritos nessa modalidade reconheçam o estágio como componente curricular fundamental para atingir tais objetivos formativos. Diante disso, o presente estudo levantou o seguinte questionamento: os alunos do terceiro ano do ensino médio integrado no IFAP Campus Laranjal do Jari compreendem o estágio curricular supervisionado como prática pedagógica que resulta em contribuição para a sua formação profissional, intelectual, social e o ajuda a ser inserido no mundo do trabalho?

Com base nisso, o objetivo geral desta pesquisa foi investigar a compreensão dos alunos concluintes do ensino médio integrado, das turmas dos cursos técnicas em Administração, Florestas, Logística e Meio Ambiente acerca do estágio curricular supervisionado obrigatório. Vale destacar também que o campus Laranjal do Jari oferece o curso técnico em informática na forma integrada. No entanto, este foi

retirado da pesquisa devido ao fato de que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) não requer o estágio como componente obrigatório para a conclusão do curso.

Para alcançar o objetivo geral do estudo, buscou-se investigar o nível de compreensão dos alunos sobre o conceito e diretrizes do estágio; examinar a percepção dos alunos quanto ao processo de avaliação, orientação e supervisão, no que se refere ao acompanhamento durante a realização do estágio, analisar a influência do estágio na formação profissional dos alunos participantes da pesquisa e elaborar um recurso pedagógico que auxilie o tema do estágio nos processos de ensino-aprendizagem.

A realização deste trabalho se justifica devido à significativa importância do estágio no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente na integração com o ensino médio. Dados do INEP (2023) mostram, por exemplo, que em torno de 32% (mais de 780 mil) das matrículas na EPT são dos cursos técnicos integrados. Além disso, com base na mesma fonte, destaca-se que das matrículas do ensino médio integrado (EMI) no Estado do Amapá existe, todas as (1754 matrículas) está no âmbito da Rede Federal. Assim, torna-se cada vez mais necessário realizar pesquisas nessa área de conhecimento.

Aliada a essa importância, também se justifica pela escassez de estudos científicos específicos que abordam essa temática. Uma busca realizada na base de dissertações do ProfEPT - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, principal repositório de estudos relacionados a EPT, em especial o estágio curricular supervisionado, revelou que no período de 2019 até março de 2024, data da realização da busca, somente 15 trabalhos abordavam o tema estágio supervisionado na EPTNM.

A socióloga Livia Maria Lovato, do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), ressalta que a falta de recursos informativos com enfoque pedagógico e com o propósito específico de promover o estágio curricular supervisionado como atividade educativa e de destacá-lo como um ambiente fundamental na formação integrada dos alunos, pode comprometer a essência da educação profissional, tal como proposta.

Nos aspectos metodológicos, esta pesquisa se configura como estudo de caso e adotou uma perspectiva quali-quantitativa e teve como principal fonte de pesquisa as bases conceituais da EPT. Como instrumentos de coleta de dados, a investigação fez uso da pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de

questionário (com perguntas de múltiplas escolhas) junto aos alunos das turmas mencionadas no objetivo geral.

Este estudo está dividido em cinco seções: a primeira está à introdução, contextualizando o tema e apresentando o objetivo de pesquisa; a segunda seção é o referencial teórico, que aborda as teorias, conceitos e estudos prévios relevantes e relacionados à Educação Profissional e Tecnológica, buscando direcionar para o entendimento do estágio dentro desse processo formativo. A terceira seção é a metodologia, que detalha os procedimentos e abordagens utilizadas na coleta e análise dos dados. A quarta seção é dedicada aos resultados e discussão, onde são apresentados e discutidos os principais resultados da pesquisa. Por fim, a quinta seção, onde se encontram as considerações finais desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

O ensino médio compreende os anos finais da educação básica. A fase regular em que os estudantes concluem essa etapa de sua formação escolar vai dos 15 aos 18 anos. Momento em que também começam a tomar uma série de decisões importantes, como ingressar no ensino superior para continuar os estudos ou logo entrar no mercado de trabalho. Nessa fase dos estudos, os estudantes passam por um importante processo de amadurecimento pessoal e social. Eles desenvolvem capacidades essenciais como trabalho em equipe, estimulam o pensamento crítico e criativo; esses aspectos são fundamentais durante essa transição para a vida adulta.

Para Araújo e Silva (2017), essa fase em que os alunos encontram-se no ensino médio, é uma das oportunidades que a escola tem de influenciar na formação da sociedade, direcionando-a no caminho do progresso, da justiça e da democracia. Os autores compreendem que ao terminar o ensino médio ao mesmo tempo em que alcançam a maioridade, os estudantes, tanto aqueles que optam por seguir para o ensino superior ou os que preferem logo ingressar no mercado de trabalho, passarão em pouco tempo a ocupar papéis decisórios na sociedade. Partindo desse entendimento, é fundamental, então, que a preparação no ensino médio seja abrangente, multidimensional, fundamentada em valores éticos e na busca da promoção da justiça social.

Baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) e regulamentado pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional segue um modelo de ensino com características voltadas para uma formação abrangente. Nesse contexto, essa abordagem integrada surge como uma proposta educacional que pode contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais no Brasil. Além disso, esse modelo está em consonância com as expectativas de uma sociedade mais justa e próspera (Saviani, 2003).

Há, sem dúvida, um acirrado debate político, ideológico e filosófico em torno dessa modalidade de ensino, tanto no que diz respeito à sua proposta formativa, quanto à sua execução. No entanto, este texto, irá se concentrar na perspectiva do ingresso, da oferta e na possibilidade do Ensino Médio Integrado (EMI) à Educação

Profissional como oportunidades de uma formação abrangente, como uma política pública educacional e de transformação social.

A proposta de integração a uma base unitária de formação foi estabelecida por meio do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Isso significa dizer que a formação geral e a formação técnica se unem em um único processo formativo. Com este decreto, fortaleceu-se a proposta de formação que alinha os conteúdos da formação geral com as disciplinas da formação profissional específica. Ou seja, prepara os estudantes para diferentes caminhos educacionais e profissionais. Além disso, o decreto aumentou a possibilidade de superar a dualidade historicamente construída entre a formação geral e a formação técnica (Vieira; Vieira; Pasqualli, 2023).

Considerando os autores mencionados no parágrafo anterior, pode-se afirmar que, apesar das contribuições do decreto, regulamentando pontos estratégicos da legislação educacional maior. Esses regulamentos que possibilitam e fortalecem a formação politécnica, omnilateral e abrangente, são impactados em termos de eficácia, devido aos preocupantes índices de vulnerabilidade socioeconômica do país. Em referência a essas constatações, ressalta ainda os autores que essa vulnerabilidade leva muitos jovens a ingressar no mercado de trabalho antes dos 18 anos, o que afeta os objetivos formativos da educação escolar.

Conforme destaca Ramos (2011, p. 784), além da vulnerabilidade social, outro aspecto a ser superado é a falta de compreensão sobre a essência da proposta de formação integrada. Para a autora, os professores brasileiros do ensino médio, até mesmo os do ensino médio integrado, ainda não adotaram plenamente a educação profissional como meio de formação politécnica e omnilateral.

Evidencia ainda a autora, que além dos docentes, a população de forma geral ainda não internalizou a essência da formação técnica profissional nos moldes que ela deve ser percebida. Pelo contrário, o que prevalece é uma perspectiva ultrapassada sobre esta formação, ligando-a ao ensino médio profissionalizante e compensatório. É preciso avançar, superarmos esses aspectos retrógrados da educação profissional, ainda que, parece estarmos longe de uma unificação.

Por décadas a ideia de formação abrangente tem sido objeto de intensos debates, tanto no âmbito institucional, quanto no âmbito dos fundamentos teóricos da proposta. Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Rede Federal, como são chamados. Assim, os IF's têm um papel fundamental nesse debate. Com a promoção de uma educação pública e de qualidade, essas instituições tendem a consolidar essa proposta formativa ao mesmo tempo em que corresponde aos anseios dos estudantes. Com base nesses aspectos, os IF's configuram-se como campo de articulação pedagógico-estratégico em que é possível harmonizar o discurso em relação ao Ensino Médio Integrado - EMI (Brasil, 2008).

Nessa perspectiva, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) ressaltam que a EPTNM na forma integrada é uma condição necessária para se realizar a “travessia” para uma nova realidade social. Desse modo, vale frisar que a integração do currículo da formação geral em conjunto com o projeto da EPTNM de forma integrada vem proporcionar uma formação para além do mercado de trabalho ou ingresso no ensino superior.

Apesar da falta de consenso em torno do assunto, dados publicados em 2022, pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, mostraram que das propostas de ensino médio, a modalidade integrada à educação profissional é a que mais cresceu nos últimos anos em números de matrícula. Em comparação aos anos letivos, entre 2020 e 2021, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) observou um incremento de 5,6% no número de matrículas. (INEP, 2022).

Segundo a professora Moônica Ribeiro, do Observatório do Ensino Médio da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a ampliação da Rede Federal contribui significativamente para o aumento das matrículas nessa modalidade. Essas instituições de ensino estão presentes no interior das regiões brasileiras ofertando educação integrada a uma formação técnica.

Desde sua criação em 2008, a Rede Federal tem passado por fases de expansão. Em 2018, na fase III da expansão, foram estabelecidas 659 unidades de ensino em todo o Brasil, representando um avanço na oferta de vagas para o ensino médio integrado à Educação Profissional (EMIEP). A Lei de criação da Rede Federal estabelece que 50% das vagas nos processos seletivos sejam direcionadas prioritariamente para o ensino técnico de nível médio, especialmente para estudantes que concluíram o ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, contribuindo para o aumento do acesso nessa modalidade. Segundo os dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha, o Instituto Federal do

Amapá (IFAP) tem atendido ao percentual legal desde 2018, com exceção do ano de 2021. Em 2022, por exemplo, o IFAP superou a meta, alcançando um índice de 52,4% no número de matrículas (Brasil, 2024).

Ainda sobre os IF's, em 2024, o governo federal reiniciou a expansão da Rede Federal de Ensino, concedendo autorização para estabelecer mais 100 novos campi em todo o território brasileiro. Essa medida resultará na abertura de aproximadamente 140 mil novas vagas, predominantemente em cursos técnicos integrados ao ensino médio, fortalecendo ainda mais essa modalidade educacional. Além disso, essa ampliação proporcionará oportunidades para jovens e adultos, especialmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade social ter acesso à formação integrada (Ministério da Educação, 2024).

O Instituto Federal do Amapá (IFAP), integrante da Rede Federal, entre outros cursos técnicos, oferta o ensino médio integrado. E por meio dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), a instituição faz a integração do ensino teórico com a prática profissional por meio das disciplinas específicas dos cursos e por meio do estágio curricular supervisionado. O objetivo dessa integração curricular é proporcionar uma formação geral, direcionando os alunos para o exercício de profissões técnicas ou ingressarem no ensino superior, conforme suas preferências.

Para os autores Vieira, Vieira e Pasqualli (2017), o ensino médio integrado à educação profissional tem um grande desafio: produzir conhecimento capaz de colaborar com o desenvolvimento de habilidades e práticas que possam corresponder às formas de pensar e também de agir das pessoas. Formas estas que, devido às constantes mudanças do mundo contemporâneo, estão sujeitas a interferências frequentemente. Dessa forma, observa-se que a qualidade formativa que esta modalidade de ensino resulta, tem um grande compromisso social.

Assim sendo, na oferta do ensino médio técnico, onde os conceitos teóricos se entrelaçam com as disciplinas técnicas, conectando-se à prática profissional por meio do estágio. Tem sem dúvida o objetivo de promover a formação humana integral. Com isso, é essencial então, ter uma compreensão nítida dos princípios da integração e dos compromissos estabelecidos para o EMI. Esses compromissos, entendidos e conectados, resultarão em uma estruturação do ensino voltado especificamente para esse propósito formativo de forma colaborativa e participativa, para que de fato se desenvolva as habilidades e competências por meio de uma aprendizagem integrada e abrangente.

2.2 Aprendizagem e competências desenvolvidas por meio do estágio

Quando os estudantes se matriculam em uma instituição de ensino, seja de ensino técnico profissional ou de formação geral, alcançar o sucesso na aprendizagem é sempre o objetivo principal. Existem diversos fatores que podem contribuir para o sucesso dessa aprendizagem, os eficazes instrumentos pedagógicos utilizados para o desenvolvimento das habilidades desses alunos, é um exemplo. No entanto, a proatividade dos estagiários e a busca por conhecimento também podem desempenhar um diferencial no processo formativo.

Os autores Fleury e Oliveira Júnior (2002) destacam que em um ambiente caracterizado por mudanças constantes e processos administrativos complexos, o recurso mais valioso de uma empresa ou instituição são as pessoas. Diz ainda os autores que os processos de aprendizagem são dinâmicos e estão gerando novos conhecimentos constantemente. Assim, para que ocorra uma aprendizagem significativa, é fundamental também, que os estudante estejam constantemente empenhados e engajados nesse processo.

Para o desenvolvimento de competências que colaborem no processo de ensino aprendizagem por meio da prática, o estágio curricular supervisionado realizado como item integrante da qualificação profissional é indispensável. O estágio facilita a aplicação do conhecimento adquirido em sala de aula, que agora é posto em prática no ambiente profissional, fortalecendo tanto a aprendizagem quanto às competências ao longo do caminho rumo à qualificação profissional (Ferreira; Martins; Gonçalves, 2019).

Esses conhecimentos desempenha função estratégica nos processos econômicos, e os investimentos em ativos intangíveis crescem mais rapidamente do que os investimentos em ativos físicos ou tangíveis. Países, empresas e indivíduos com maior conhecimento adquirido, tendem a serem bem-sucedidos, produtivos e reconhecidos (Fleury; Oliveira Jr., 2002).

Seguindo essa perspectiva, Terra (2000 *apud* Antonello, 2006) ressalta que a aprendizagem é um processo de mudança, pois prepara o indivíduo para executar atividades e contribuir de forma mais efetiva com sua organização pessoal, profissional e acadêmica. O aprendizado contínuo capacita os indivíduos para enfrentar desafios e se adaptar às novas exigências do ambiente de trabalho que estão em constante transformação.

De acordo com o estudo de Camillis e Antonello (2010), no ambiente de trabalho ocorrem diversos tipos de habilidades, entre as quais podemos citar a autoaprendizagem e o autoconhecimento. Essas formas de aprendizagem possibilitam agir de forma diferente após aprender algo novo e contribui na identificação de preferências e características profissionais. O autodesenvolvimento, relacionado com a parte técnica do trabalho, citado pelos autores, prepara o indivíduo para futuras oportunidades profissionais dentro ou fora da empresa.

Nessa perspectiva, o estágio desempenha um papel significativo na jornada acadêmica, proporcionando aos estudantes, especialmente aqueles de cursos técnicos, a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula (Silva, 2019). Além disso, ele oferece aos discentes a possibilidade de vivenciar a realidade da profissão que escolheram seguir ou que irão seguir, de forma pedagógica acompanhado de um orientador e um supervisor, conforme estabelecido na lei nº 11.788/2008, artigo 3º, § 1º:

Este ponto da lei explicita que as atividades de estágio são atos pedagógicos, educativos, escolar e supervisionado. Enfatiza ainda que o efetivo acompanhamento por partes dos responsáveis, nas empresas que oferecem vagas para estagiários e também nas instituições de ensino, são partes indispensáveis para essa tarefa. A lei ressalta ainda, que estas partes devem realizar as assinaturas nos documentos comprobatórios da realização deste estágio.

Essas ações garantidas por lei, além de assegurar os aspectos pedagógicos na realização do estágio, esse artigo favorece a aproximação entre a instituição de ensino e o ambiente de trabalho. E essa aproximação proporciona aos discentes uma visão mais abrangente da carreira escolhida, permitindo que eles compreendam a partir dos conceitos teóricos o que de fato se aplica na prática no contexto do mercado de trabalho.

Por meio do estágio, junto com a equipe orientadora os alunos superam dificuldades encontradas nesse percurso, adquirem experiências e aprimoram suas competências profissionais. Ao mesmo tempo em que ajudam no desenvolvimento e crescimento das organizações onde estão inseridos como estagiários. Para esse resultado acontecer, Castro (2020) evidencia que o papel da instituição de ensino é fundamental, proporcionando um bom acompanhamento, para garantir que o estágio seja de fato uma experiência educativa e formativa, e que os objetivos pedagógicos sejam alcançados.

Para Lovato (2020), a aprendizagem por meio do estágio é uma experiência valiosa para o estudante. O contato entre o ambiente acadêmico e o contexto organizacional no campo de estágio, permite uma percepção mais refinada da realidade do mundo do trabalho. Durante esse período de aprendizado e experiência, os alunos/estagiários, têm a possibilidade de se familiarizar com as atividades práticas, o que vai contribuir para o desenvolvimento de compreensões relevantes dos setores de trabalho e fazer relação entre os conteúdos teóricos estudados em sala de aula e o cotidiano profissional. Esse envolvimento com o mundo organizacional possibilita também desenvolvimento pessoal.

Ainda sobre isso, Brandão (2009), destaca que ao juntar a atitude, o conhecimento e as habilidades adquiridas, em prol de superar as dificuldades encontradas nos ambientes de trabalho, os profissionais fortalecem as estratégias de progresso das empresas. Para o autor, a utilização dessas competências, na superação dos obstáculos, proporcionam benefícios, tanto em termos econômicos quanto também em termos sociais, tanto para os estagiários quanto para as organizações onde eles estão inseridos.

Na continuidade dessas abordagens, o autor nomeia três dimensões da competência que são as seguintes: conhecimento (o saber), que se refere ao conhecimento adquirido e acumulado pelo indivíduo ao longo da vida, incluindo informações assimiladas e estruturas mentais que influenciam suas decisões e julgamentos; habilidade (o saber fazer), que envolve a aplicação produtiva do conhecimento, ou seja, a capacidade de utilizar o conhecimento armazenado na memória e aplicá-lo em ações práticas sejam elas intelectuais ou motoras; e atitude (o querer fazer), que diz respeito aos aspectos sociais, os aspectos afetivos relacionados ao trabalho, como sentimentos, predisposições e condutas em relação aos outros, ao trabalho e às situações (Brandão, 2000).

Nessa perspectiva, e aplicando o estágio nesse contexto, a competência resulta da mobilização por parte do estagiário, de uma combinação desses recursos ou insumos, e os três elementos trabalham de forma conjunta para gerar um desempenho profissional competente. Por isso, o estágio é uma prática de suma importância, pois oferece inúmeros benefícios para a aprendizagem e para o desenvolvimento das competências profissionais durante a formação dos estudantes.

Com base em Silva (2019) a prática do estágio é uma etapa essencial no processo de aprendizagem para os estudantes que buscam uma preparação sólida para enfrentar os desafios de suas futuras carreiras. Essa experiência se torna fundamental durante a formação acadêmica, nessa fase, por meio do estágio os estudantes são incentivados a conhecer ambientes organizacionais e a se conectar com a realidade do mundo do trabalho, compreendendo suas perspectivas e desafios. Ao vivenciarem essa interação direta com o contexto profissional, os estagiários têm a oportunidade de aplicar, na prática, o que têm estudado no campo teórico na instituição de ensino.

Ao envolverem-se nas atividades práticas durante o estágio, os estudantes têm a chance de consolidar seus conhecimentos abstratos e desenvolver suas habilidades em um contexto real de trabalho. Essa vivência proporciona uma visão mais concreta e abrangente das dinâmicas organizacionais, permitindo que os Estagiários compreendam as demandas e expectativas do mercado, bem como as nuances específicas de suas áreas de atuação (Ferreira; Martins; Gonçalves, 2019).

Vale mencionar que o estágio também oferece uma oportunidade valiosa para os estudantes estabelecerem contatos profissionais, ampliarem sua rede de relacionamentos e construïrem uma base sólida para o desenvolvimento de suas carreiras. A interação com profissionais experientes e o contato com diferentes setores e práticas organizacionais contribuem para a formação de um profissional mais preparado e adaptável às demandas do mercado (Lovato, 2020)

Em suma, o estágio é um importante espaço formativo, entre a escola e o mundo do trabalho, além de criar possibilidades dos estudantes serem inseridos no ambiente organizacional das instituições. No estágio os alunos percebem e superam os desafios encontrados ao longo da formação, obtendo êxito e a oportunidade de realizar o componente curricular na prática. Essa experiência enriquecedora contribui significativamente para a construção de competências profissionais sólidas e para uma transição mais suave do ambiente acadêmico para o mercado de trabalho.

2.2.1 O trabalho como princípio educativo

A Resolução nº 6, de 20/09/2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM). Essa

resolução colabora para o entendimento do trabalho como princípio educativo. O entendimento deste princípio é importante para a formação de estudantes da educação profissional e deve ser incorporado de forma integrada com a ciência, a tecnologia e a cultura ao longo do desenvolvimento curricular.

Isso significa dizer que a EPTNM deve proporcionar uma formação que não apenas prepare os estudantes com habilidades técnicas, mas também os sensibilize para a relevância do trabalho como parte fundamental de suas vidas e da sociedade em geral. Além disso, a integração do trabalho com a ciência, a tecnologia e a cultura visam a desenvolver nos estudantes uma compreensão abrangente das dimensões sociais, econômicas e culturais de suas áreas de atuação.

Conforme destacado por Saviani (2007) e Ramos (2008), o trabalho e a educação são atividades intrinsecamente humanas, características que o distinguem os seres humanos de outras espécies. O ser humano é o único capaz de trabalhar e educar. O trabalho e a educação desempenham papéis fundamentais na existência humana e na construção de conhecimento e cultura pelos grupos sociais.

Ramos (2008) ressalta ainda que a dimensão ontológica do trabalho é o ponto de partida para a produção de conhecimento e de cultura pelos grupos sociais. O trabalho é a primeira forma de mediação entre o ser humano e a realidade material e social. Quando o ser humano produz, está, na verdade, trabalhando. Aquilo que é produzido pode ser trocado e vendido, o que implica interação com outros indivíduos. Portanto, o trabalho não é apenas uma atividade isolada; ele envolve a transformação da natureza e interações com outros seres humanos.

Ainda segundo Ramos (2008), o trabalho é uma extensão do ser humano e uma parte intrínseca de sua existência. O trabalho é a manifestação da relação indissociável entre o ser humano e essa atividade. Em outras palavras, o trabalho não é uma mera tarefa separada do ser humano, mas sim uma parte fundamental de sua identidade e existência. Nesse sentido, cabe salientar que a dimensão existencial do trabalho opera transformações profundas no sujeito e no meio social onde ele está inserido. Ou seja, é uma dupla construção: da dimensão artificial da modificação ativa da realidade material do sujeito, e a sua própria subjetivação, tanto no aspecto da identidade individual quanto no seu senso de coletividade.

Essas atividades não são apenas aspectos externos, mas também elementos essenciais da experiência humana. Assim sendo, o trabalho e a educação não podem ser dissociados da própria condição humana. Sobre essa

lógica, Saviani (2007) contribui evidenciando que essa relação entre trabalho e educação vem desde os tempos mais antigos e ao longo desse processo essa relação tem contribuído no processo formativo do indivíduo.

Moura, Garcia e Ramos (2007) enfatizam que os seres humanos possuem diversas capacidades que os distinguem e lhes permitem interagir com outros indivíduos e com o meio ambiente. Essas capacidades incluem a capacidade de transformar o mundo a partir dos recursos que a natureza proporciona, bem como a capacidade de construir conhecimento e transmiti-lo de uma geração para a seguinte.

Ainda sob as considerações dos autores acima citados, o processo de transmissão de conhecimento adquirido a partir da prática, das experiências e das resoluções de problemas vivenciados ao longo do tempo, foi gradualmente convencionalizado e sistematizado em conceitos e teorias. Inicialmente, esses saberes acumulados podem não ter sido tão elaborados, mas com o avanço das tecnologias em diversos campos do conhecimento, surgiu a necessidade de compilar, organizar, registrar e ensinar esses conhecimentos de forma sistemática às novas gerações (Moura; Garcia; Ramos, 2007).

Essa evolução do conhecimento humano, da prática para a sistematização em conceitos e teorias, reflete o progresso do pensamento humano e a importância da educação na preservação, transmissão e ampliação desse conhecimento ao longo das gerações. Assim, o conhecimento é uma demonstração do papel fundamental da educação na construção e evolução da cultura, do conhecimento científico e tecnológico do indivíduo.

Ainda fundamentado no que diz Moura, Garcia e Ramos (2007), o trabalho, a ciência e a cultura são elementos fundamentais na formação omnilateral do ser humano. Isso significa que o trabalho é a própria expressão do ser humano e sua relação com a natureza, sendo à base de sua sobrevivência. A partir dessa relação intrínseca entre o homem e o trabalho, o ser humano produz ciência, que, por sua vez, se converte em novas tecnologias.

Essas tecnologias facilitam a interação e a comunicação com outros seres humanos por meio da cultura, que inclui a arte, a dança, os costumes e todos os elementos que identificam alguém como partem de uma determinada sociedade. Portanto, ao adotar o trabalho como princípio educativo, reconhece-se a integralidade do ser humano, partindo do princípio de que o trabalho está enraizado

nele, e isso implica considerar o ser humano em sua essência, reconhecendo a importância do trabalho, da ciência e da cultura em sua formação e desenvolvimento. Essa abordagem valoriza a conexão intrínseca entre trabalho, conhecimento e cultura na experiência humana (Ramos, 2008).

Com base em Gramsci (1981, p. 144), a integração da formação geral e da formação técnica profissional do indivíduo deve ocorrer de forma inseparável em todas as suas dimensões. Essa abordagem, conforme mencionada pelo autor, nos leva a perceber a intenção de destacar o trabalho como princípio educativo. Essa forma de enfatizar o trabalho como parte presente e inseparável da formação do homem desde os tempos mais antigos reforça a importância da ação do trabalho como ato formativo.

Ainda sobre esses aspectos do trabalho como princípio educativo, segundo Ciavatta (2005, p. 2), o trabalho, visto dessa perspectiva, é o ponto de partida para superar a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. Além disso, contribui significativamente para desfazer a separação de classes baseada na capacidade de realizar tarefas braçais ou intelectuais. Isso significa desfazer a noção de que aqueles que realizam trabalhos braçais não são capazes de realizar atividades intelectuais ou ocupar cargos de liderança, uma ideia que foi construída ao longo do tempo.

O sistema de ensino no Brasil, de acordo com Saviani (2007), reflete a dualidade em sua estrutura. Essa dualidade educacional consiste em uma divisão entre duas vertentes de formação. Por um lado, há uma formação geral, que é mais abrangente e que prepara de maneira mais completa os alunos, muitas vezes os filhos das classes economicamente mais favorecidas, com o objetivo de possibilitar o prosseguimento dos estudos em universidades. Por outro lado, existe uma formação específica destinada à preparação para o exercício de profissões técnicas, que atendam diretamente às demandas do mercado de trabalho.

Essa dualidade pode estar ligada ao modelo de produção capitalista, que exige a inserção da classe trabalhadora no mercado de trabalho desde cedo. Isso reforça a necessidade de educadores comprometidos em promover uma educação que leve em consideração não apenas a formação dos trabalhadores, mas também a melhoria das condições de trabalho e da própria existência no mundo (Vieira; Vieira; Pasqualli, 2023).

Nessa expectativa, é fundamental uma formação que incorpore o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura como princípios fundamentais, esses aspectos tornam-se essenciais para proporcionar uma formação integral. Essa formação almejada não se restringe apenas a habilidades técnicas, mas também envolve o desenvolvimento de capacidades críticas, criativas e adaptativas. Ela deve preparar os alunos não só para o mercado de trabalho, mas também para uma participação ativa na sociedade, que favoreça a compreensão das complexidades do mundo contemporâneo e a busca por soluções baseadas na inovação e na sustentabilidade.

Os educadores comprometidos com essa visão devem buscar promover uma educação técnica e tecnológica que seja capaz de formar cidadãos conscientes, capazes de contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural da sociedade. E também, que valorizem a importância do trabalho digno e das condições de vida adequadas para todos. Dessa forma, a educação se tornará uma ferramenta poderosa para a transformação social e o avanço na melhoria das condições de vida da classe trabalhadora e da sociedade como um todo.

2.3 Estágio no Brasil: contexto histórico-legal

No Brasil, o conceito de estágio foi instituído a partir das necessidades surgidas com o processo de industrialização, juntamente com o desenvolvimento da legislação sobre trabalho e educação. Durante os debates sobre a legislação de estágio no Congresso Brasileiro na década de 1930, surgiram divergências de interesses, de um lado aqueles que defendiam o estágio com foco educacional, por outro lado aqueles que priorizavam o desenvolvimento econômico, considerando o estágio como uma oportunidade de atender demandas capitalistas e obter mão de obra acessível e a baixo custo (Colombo; Ballão, 2014).

A primeira menção ao estágio na legislação brasileira ocorreu com o Decreto Federal nº 20.294 de agosto de 1931, que permitiu à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) admitir estudantes como estagiários. Posteriormente, na década de 1940, surgiram diversas regulamentações relacionadas ao estágio (Brasil, 2008).

O Decreto-Lei nº 4.073/42, que estabelecia a Lei Orgânica do Ensino Industrial, definia o estágio como um período de trabalho supervisionado por um docente em estabelecimentos industriais. No entanto, na prática, o estágio muitas

vezes era tratado mais como uma atividade laboral do que educativa, com poucas formalidades entre a empresa e a escola (Brasil, 1942).

Somente na década de 1960, houve uma maior preocupação em regulamentar os estágios. Dessa forma, a Portaria nº 1.002/1967 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE se apresentou como um dispositivo fundamental que abriu um leque de oportunidades evolutivas no cenário do estágio no Brasil nesse primeiro momento. No entanto, foi apenas com o Decreto Federal nº 66.546/1970 que um programa de estágios para áreas prioritárias foi implantado. O referido decreto oportunizou estágios práticos a estudantes de administração, economia e algumas engenharias em entidades públicas e privadas, com o recebimento de bolsas de estudos, mas sem estabelecer vínculo empregatício (Brasil, 1970).

Em 1975, foi editado o Decreto nº 75.778/75 que regulamentou os estágios de estudantes de ensino superior e cursos profissionalizantes nos órgãos da administração pública federal (BRASIL, 1975). Somente na segunda metade da década de 1970, o estágio foi finalmente regulamentado pela Lei Federal nº 6.494/77, que atualizou vários aspectos presentes na Portaria nº 1.002/67 MTE, como horário de estágio, seguro de vida e duração do período de estágio (Brasil, 1977)

Entretanto, a lei ainda apresentava lacunas, permitindo contratações irregulares ou fraudulentas. Em busca de aprimoramento, a Lei Federal nº 8.859/94 foi promulgada, incorporando alterações importantes, como a criação de estágios planejados, acompanhados e com avaliação curricular. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, proporcionou certa autonomia às instituições de ensino para estabelecer critérios e normas para a execução do estágio curricular supervisionado, observando sempre a legislação específica (Brasil, 1996).

Nesse viés, a grande mudança na regulamentação dos estágios ocorreu mesmo foi com a Lei Federal nº 11.788 de setembro de 2008, que revogou leis anteriores e regulamentou definitivamente o estágio como um ato educativo escolar supervisionado, integrando o aprendizado obtido no ambiente escolar com a prática profissional, preparando os estudantes para o mercado de trabalho. Essa lei proporcionou maior clareza e proteção aos estudantes, evitando práticas que caracterizavam um mero barateamento da força de trabalho (Martins; Curi, 2019, p.8).

É notável o progresso em favor dos estagiários ao compararmos a legislação anterior de 1977 com a legislação atual de 2008. A nova lei trouxe benefícios importantes, como o direito ao recesso remunerado, para estágio não obrigatório, e a obrigação de indicação de um professor orientador para acompanhar pedagogicamente o estagiário. Outro importante benefício da lei 11.788/2008 foi à exigência de contratação de seguro de vida para o estagiário. É relevante destacar que esta legislação está em vigor a mais de 15 anos e, desde então, não passou por nenhuma alteração.

Com relação às modalidades de estágio, a lei deixou ainda mais esclarecimento, a classificação de estágio não obrigatório e estágio obrigatório. O estágio obrigatório não deve ser compreendido como vínculo de emprego, e, portanto, não demanda encargos sociais, trabalhistas e previdenciários (arts. 3º e 15º da Lei nº 11.788/2008). Em outras palavras, o aluno não pode receber qualquer tipo de remuneração por esse tipo de estágio.

Já o estágio não obrigatório, o estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, alimentação e auxílio saúde, entre outros benefícios estabelecidos entre as partes nos termos de compromissos ou em contratos de estágio, desde que não caracterize vínculo empregatício (BRASIL, 2008).

A fim de proporcionar suporte aos estudantes, é fundamental que as instituições de ensino ofereçam agentes de integração. Esses profissionais desempenham um importante papel durante todas as fases do estágio, oferecendo assistência conforme disposto no §1º do art. 5º da Lei nº 11.788/2008. Eles são responsáveis por selecionar os locais de estágio, facilitar o contato com as empresas ou instituições concedentes e organizar o cadastro das oportunidades de estágio, em conformidade com o art. 6º da referida lei.

Nesse contexto, cabe dizer que as constantes transformações das relações entre teoria e prática, é essencial que o tema estágio curricular supervisionado permaneça em constante discussão. As mudanças no mercado de trabalho, a evolução das tecnologias e as novas demandas sociais requerem atualizações periódicas da legislação para garantir que os estagiários sejam adequadamente protegidos e que suas experiências sejam cada vez mais enriquecedoras e alinhadas às exigências contemporâneas.

Sendo assim, o estágio deve ser objeto de constante reflexão e aprimoramento, visando contribuir com a formação dos estudantes e o fortalecimento do sistema educacional. Não tem como ofertar o ensino médio integrado à educação profissional sem uma proposta de estágio baseada na ética, na justiça e com viés educativo como princípios norteadores.

2.3.1 Estágio na Rede Federal de Educação

As políticas do estágio curricular supervisionado ofertada pela Rede Federal de Educação são norteadas pela lei 11.788/2008. Essas políticas e as normativas internas de estágio sejam na oferta de estágio obrigatório ou de estágio não obrigatório, nos Institutos Federais, também seguem as orientações desta lei (Brasil, 2008). Composta por 22 artigos, a lei do estágio como é conhecida, traz importantes orientações e descreve o papel de cada participante envolvido na fase de realização do estágio pelos acadêmicos. Com base em Castro (2020), as diretrizes orientadoras do estágio tendem a consolidar as atividades de estágio dentro de suas propostas curriculares pedagógicas na Rede.

A LDB contempla e reconhece o estágio como espaço de construção do conhecimento prático, e se preocupa em destacar esse reconhecimento. No artigo 83, parágrafo único, dispõe que o estágio realizado como item curricular obrigatório, apontado nos planos pedagógicos dos cursos nas instituições de ensino, não devem ser caracterizados como vínculo empregatício.

O referido parágrafo faz também ressalva sobre a autonomia dos sistemas de ensino, dando a estes a liberdade de criarem suas normas específicas para a oferta de estágio, observando sempre a lei maior. É importante e oportuno que os departamentos de estágios nos Institutos Federais, os alunos, os professores-orientadores, os supervisores de estagiários e as empresas concedentes de vagas de estágio, conheçam a legislação do estágio (Bazana; Nonenmacher; Ramos, 2021).

Ainda nesse contexto, vale dizer que o estágio compreende uma etapa fundamental no processo formativo dentro da educação profissional e tecnológica e, precisa ser compreendido a partir de suas características próprias. Ou seja, compreendido como elemento indispensável na formação integrada do educando, ato que vincula o processo formativo e ao mundo do trabalho. Em termos

conceituais dentro da Rede Federal, o estágio é ato educativo e visa à preparação para o trabalho produtivo (Cipriano; Rodrigues; Pereira; Ribeiro, 2020).

Neste conceito, cabem alguns destaques: o primeiro é a compreensão do estágio como ato educativo. Compreender o Estágio Supervisionado nesta perspectiva é potencializar os educandos para além da prática de ensino e possibilita que estes tenham vivência e prática para levar para sua futura profissão. Ramos (2014) evidencia que o estágio constitui-se como momento único de interação entre o conhecimento e a prática profissional. Nessa mesma linha, Lima e Pimenta (2018) explicitam que a aproximação do estagiário com a realidade do mercado de trabalho e suas funções nesse processo só tem sentido no envolvimento intencional dos educandos. Assim, entende-se que o estágio deve colaborar na aproximação do educando com a realidade social.

Um segundo aspecto, é o salientado por Brum e Freitas (2017), que compreendem o estágio supervisionado como um método didático-pedagógico que integra a proposta curricular de um curso de formação profissional, apontando assim, para uma formação completa. Nessa perspectiva, o estágio é responsável por promover, por meio da experiência prática, o processo de ensino e aprendizagem na prática do fazer. Para Viana e Costa (2015), o estágio é responsável por possibilitar ao estudante, o contato direto com a realidade da profissão em formação. Dessa maneira, o estágio deve contextualizar os problemas sociais e culturais do mundo do trabalho e colaborar para o pensamento crítico e despertar ideias inovadoras do estudante com intuito de solucionar problemas encontrados nos processos de produção econômica.

Para Lima e Pimenta (2018) e Uchoa (2015), além do estágio criar possibilidade de construção da identidade do futuro profissional no estagiário, também se constitui como um momento fundamental para a consolidação da formação do educando. Portanto, o estágio também se constitui como oportunidade de viver experiências reais no processo formativo. Os autores frisam ainda que o estágio é possibilidade de construir identidade do futuro profissional.

Assim sendo, o processo de ensino-aprendizagem dentro da educação profissional e tecnológica de nível médio, se consolida também por meio do estágio curricular supervisionado ofertado pelos institutos federais de educação. O estágio, sempre que possível, deve ser contemplado nos PPCs, para contribuir assim com

uma formação que tem a prática profissional como um elemento integrativo dentro do campo curricular.

2.3.2 Instrumentos de Regulamentação do Estágio no IFAP

O IFAP por meio do seu Conselho Superior - CONSUP, instância máxima dentro do Instituto Federal do Amapá, de caráter consultivo e deliberativo, tem a prerrogativa de elaborar e aprovar legislação interna de gerenciamento e acesso ao estágio na instituição. O CONSUP pode, ainda, propor e aprovar normas para celebração de convênio junto às empresas concedentes. A partir dessas orientações advindas das normativas internas, os planos de ensino dos cursos ofertados pela instituição, contempla o estágio em seus respectivos processos de ensino mediados pelas coordenações de cursos (Resolução, nº 106/2023).

Atualmente o IFAP realiza seu gerenciamento de estágio curricular supervisionado em todas suas unidades de ensino. Cada campus tem um setor responsável para conduzir os encaminhamentos de estágio junto aos alunos, busca parcerias com empresas e outras instituições locais, essas ações visam buscar campo de estágio para seus estudantes. Com base na Lei nº 11.788 de setembro de 2008, o IFAP criou e aprovou a resolução nº 106, de dezembro de 2023. Essa resolução norteia as políticas internas de estágio, alinha as orientações documentais de ensino e normatiza os encaminhamentos dos estagiários. Assim sendo, o IFAP, assume o estágio como ato “educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente do trabalho” (Brasil, 2023).

A resolução interna nº 106 de dezembro de 2023, do IFAP, em seu artigo primeiro, apresenta as orientações de como o estágio curricular supervisionado deve ser ofertado e gerenciado dentro da instituição, nomeia os responsáveis e direciona as responsabilidades de cada um dos envolvidos nessa tarefa. Dispõe também sobre as instâncias de ensino dentro dos *campi*, recomendando que estas devem orientar o estágio à luz da lei 11.788/2008, da resolução nº 106/2023 e demais normativas internas aprovadas pelo CNSUP/IFAP. O documento recomenda ainda, que as coordenações de cursos e coordenações pedagógicas devem prezar pelo desenvolvimento do estágio, com fim de proporcionar aos alunos uma ampliação das habilidades acadêmicas, preparando-os para o mundo do trabalho e para a cidadania (Brasil, 2008).

Dessa forma, o Instituto Federal do Amapá (IFAP) desenvolve seus processos de ensino técnico profissional e se empenha em oportunizar seus alunos a realizarem o estágio supervisionado. Para a realização desse estágio, o IFAP encaminha os estudantes para as empresas parceiras, mas também disponibiliza vagas de estágio na própria instituição, entendendo a relevância do estágio para uma formação abrangente. A instituição também se dedica em colaborar com a política de ofertas de vagas de estágio para alunos de outras instituições. Esse comportamento institucional se efetiva na resolução nº 106/2023, em seu Art. 8º, parágrafo único, O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá poderá ser campo de estágio para os alunos da própria Instituição, assim como para alunos de outras instituições de ensino (Brasil, 2023, n.p).

Assim, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), desenvolve sua política de estágio tendo como base a legislação nacional e cria também normativas internas que buscam nortear a execução do estágio junto aos estudantes. Trabalha com muita acuidade nas celebrações de convênios junto a empresas parceiras, bem como garante o estágio curricular obrigatório dentro dos planos de cursos. Estabelece nos planos de cursos a carga horária e as formas de acompanhamento e avaliação do estágio por parte de orientadores e supervisores de estágio.

Dito isso, a seguir apresenta-se a estrutura geral da pesquisa, seus instrumentos metodológicos, a caracterização do cenário do estágio em análise, o levantamento de dados e suas respectivas interpretações de acordo com os pressupostos teóricos definidos como orientadores das reflexões aqui delimitadas.

3 METODOLOGIA

3.1 Características da Pesquisa

Em perspectiva metodológica, esta pesquisa configura-se como um estudo de caso. Para Yin (2015), pesquisa realizada no formato estudo de caso, constitui-se como um meio que a ciência possui para conhecer cientificamente e com profundidade o objeto de estudo. Gil (2020) dialoga nesse mesmo pensamento, ao destacar o estudo de caso como uma metodologia que permite investigar, com certa profundidade, as singularidades das unidades sociais envolvidas na pesquisa.

Em termos de abordagem, a pesquisa adotou a perspectiva qualitativa e quantitativa, por compreender que essas abordagens dialogam coerentemente com os objetivos planejados para o desenvolvimento da pesquisa. Pádua (2019) destaca que antes de tudo as pesquisas em formatos de estudo de caso podem trabalhar livremente com as abordagens qualitativas e também quantitativas.

3.2 Instrumentos de Coleta de Dados

Considerando a natureza da pesquisa, suas características e seus respectivos objetivos, incluindo a elaboração do Produto Educacional, foram empregados três instrumentos de coleta de dados distintos e complementares, foram eles: consulta bibliográfica, consulta documental e aplicação do questionário.

3.2.1 Consulta Bibliográfica

A consulta bibliográfica teve como guia as bases conceituais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) e os conceitos bibliográficos do campo do ensino médio integrado à Educação Profissional. Nessa fase, foi realizado um processo de busca, seleção e análise de diversos tipos de materiais bibliográficos, tais como livros, artigos de periódicos, teses, dissertações, relatórios técnicos e outros documentos que trazem o conceito de estágio na educação profissional.

A seleção bibliográfica foi feita a partir de expressões e palavras-chaves, relacionadas ao tema da pesquisa, tais como: “estágio curricular supervisionado”, “educação profissional”, “ensino médio integrado”, “trabalho e educação”, “produto

educacional”, “IFAP”, “formação abrangente” , “formação politécnica”, formação omnilateral” entre outros. Vale dizer que dos portais de periódicos utilizados para a busca bibliográfica, o mais visitado foi o banco de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT.

O intuito da fase de levantamento de referências bibliográficas foi selecionar uma variedade de dados que pudessem auxiliar na compreensão, embasamento e argumentação sobre os conceitos e relevância do estágio curricular supervisionado na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), mais especificamente o material bibliográfico que abordasse estágio no ensino médio integrado à educação profissional e descrevesse como esse estágio contribui para a formação completa do estudante.

Segundo Andrade (2010), a pesquisa bibliográfica é a atividade elementar indispensável no mundo da investigação acadêmica, devido sua contribuição preliminar antes da realização e embasamento de qualquer tipo de pesquisa. Assim, a partir do levantamento bibliográfico foram construídas todas as seções teóricas desta dissertação, a seção metodológica, bem como o suporte teórico para a elaboração do recurso educacional.

3.2.2 Consulta Documental

A etapa da consulta documental foi feita no setor de estágio e egresso do Instituto Federal do Amapá, no *campus* Laranjal do Jari e foi utilizado como marco temporal o período de 2019 a 2024. Também foram consultados os documentos na página eletrônica institucional e também nas páginas eletrônicas das instituições de ensino e de pesquisas educacionais, bem como nas bases de dados das páginas eletrônicas do governo federal. O objetivo dessas buscas foi identificar a totalidade da dinâmica do estágio no ensino médio integrado à educação profissional, em especial dentro do *campus* Laranjal do Jari.

Helder (2006) destaca que a consulta documental é uma técnica que faz uso de documentos originais sem tratamento analíticos e muito contribui para as pesquisas em diferentes áreas. Oliveira (2007) colabora nessa perspectiva evidenciando que esse tipo de técnica aproxima-se da pesquisa bibliográfica, todavia, são distintas pela razão de que o foco da pesquisa documental encontra-se nos documentos formais que são produzidos.

3.2.3 Questionário

Para Barbosa (2008), o uso de questionário em pesquisas é um procedimento de coleta de dados de custo razoável para o pesquisador. Em termos práticos, esse método apresenta as mesmas questões a todos os sujeitos pesquisados e garante o anonimato dos informantes no processo de compreensão de um determinado objeto de estudo.

Antes de iniciar a etapa de aplicação do questionário foi elaborado um plano de trabalho, específico para esse momento de coleta de informações. Nesse plano, foi elaborado um cronograma para coleta de dados em sala de aula, definindo datas e horários para a aplicação do questionário. A apresentação do cronograma teve o objetivo de evitar que a pesquisa interferisse no cotidiano das atividades pedagógicas das turmas escolhidas para a investigação, bem como assegurar a eficiência e organização no processo de coleta dos dados.

O questionário foi aplicado nas salas de aula de forma presencial, nas turmas do 3º ano do ensino médio integrado, nos cursos: Técnico em Administração, Florestas, Logística e Meio Ambiente. Esses cursos têm o estágio curricular supervisionado como item obrigatório em suas grades curriculares. Dos 156 alunos que frequentam regularmente as aulas nos quatro cursos mencionados, 132 responderam ao questionário.

O questionário foi composto por 30 questões objetivas (Anexo 1) de múltipla escolha. Desse quantitativo, 10 questões (iniciais) tiveram como foco obter dados sobre o perfil dos participantes e as outras 20 questões tiveram como foco entender os conceitos, as diretrizes, as avaliações e a importância do estágio na formação dos estudantes, a partir de seus próprios entendimentos.

Para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC, 2019), conhecer o perfil do grupo pesquisado é crucial em uma pesquisa científica ou acadêmica, pois o perfil representa a população específica ou o grupo de indivíduos aos quais os resultados da pesquisa são destinados e a quem as conclusões do estudo serão aplicadas.

Em relação aos aspectos éticos do questionário, vale relatar que o questionário seguiu os princípios da ética e do anonimato, ou seja, não houve registro de identificação dos participantes. Por envolver seres humanos no estudo, o questionário juntamente com a proposta de pesquisa foi enviado para a avaliação do

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Amapá. Estes departamentos estão vinculados à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), a qual é uma das comissões do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde. Essas instâncias autorizaram a realização do estudo por meio do parecer consubstanciado no número 6.320.793.

É oportuno dizer também que, momentos antes da aplicação do questionário foram esclarecidos aos participantes, sobre os procedimentos, os objetivos, os riscos e a importância dos resultados da pesquisa para a EPTMN. Após essas explicações, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para anuência. Dessa forma, o questionário obedeceu às orientações do Conselho Nacional de Saúde, no que se refere ao anonimato e esclarecimentos para voluntários em pesquisas científicas.

3.3 Local e Público-Alvo da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá IFAP – Campus Laranjal do Jari e teve como público alvo os alunos do 3º ano do ensino médio integrado, dos cursos: Técnico em Administração, Técnico em Florestas, Técnico em Logística e Técnico em Meio Ambiente que já haviam realizado estágio, que estavam em fase de execução do estágio e também os que ainda não haviam realizado o estágio curricular supervisionado obrigatório.

Na tabela abaixo está um demonstrativo do número de participantes da pesquisa em relação aos matriculados nos cursos escolhidos. O quantitativo apresentado representa 80% de todos os cursos técnicos integrados ofertados pelo campus e 100% dos cursos que tem no PPC a obrigatoriedade de realização do curso para obtenção do diploma de técnico.

Tabela 1 – Quantitativo dos discentes que responderam ao questionário

Cursos Pesquisados	Matriculados	Participantes da Pesquisa
Técnico em Administração	40	32
Técnico em Florestas	46	38
Técnico em Logística	38	36
Técnico em Meio Ambiente	32	26
Cursos	156	132

Fonte: Elaborada pelo autor.

3.4 Critérios de Inclusão e Exclusão dos Sujeitos da Pesquisa

O documento principal que determina a realização do estágio obrigatório em um curso é o Plano Pedagógico Curricular (PPC). De acordo com esse documento, os alunos matriculados no ensino médio integrado no campus Laranjal do Jari estão aptos a iniciar o estágio obrigatório a partir do segundo ano. Desta forma, estavam aptos, ou seja, inclusos a participar da pesquisa, todos os alunos dos cursos técnicos do ensino médio integrado de Administração, Florestas, Informática, Logística e Meio Ambiente das turmas de 2º e 3º ano.

No entanto, em conformidade com o planejamento e as diretrizes da pesquisa, decidiu-se obter os dados somente dos discentes que estavam na última fase dos seus respectivos cursos, ou seja, alunos do 3º ano (concluintes). A exclusão dos alunos do 2º ano foi baseada nos indicativos identificados durante a fase de consulta documental no Setor de Estágio. Identificou-se que nessa fase dos estudos, apesar de estarem aptos a realizar o estágio, esses alunos não demonstram interesse, ou seja, o cumprimento do estágio não é prioridade para eles nessa série.

Assim, imaginando que os dados coletados com as turmas de 2º ano incluídas na pesquisa poderiam não representar uma amostra real da concepção do estágio no campus, decidiu-se por não os incluir no público em análise. Dessa forma, optou-se por realizar a investigação somente com as turmas do 3º ano. Outro ponto de exclusão da pesquisa foi o Curso Técnico em Informática, este curso foi excluído devido à sua estrutura curricular amparada no (PPC), não contemplar o estágio obrigatório para conclusão do curso e obtenção do diploma. Os cursos técnicos em informática do ensino médio integrado do IFAP - Campus Laranjal tem como critério para conclusão do curso, Projeto Integrador.

3.5 Critérios Éticos

Para atender aos aspectos legais que norteiam as pesquisas que envolvem seres humanos, este estudo foi, antes de sua realização, submetido à avaliação do comitê de Ética, como já mencionado na seção Instrumentos de Coletas de Dados. Além disso, foi solicitada à autorização da Direção Geral do campus e à

Coordenação Pedagógica. Somente após o deferimento dessas instâncias, a pesquisa foi executada.

De acordo com a Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, toda pesquisa realizada com humanos envolve riscos, seja físico, psíquico, moral, intelectual, emocional, social, cultural ou espiritual, em tipos e escalas variadas, mesmo que de forma mínima (Brasil, 2012).

Assim, em conformidade com as normas deontológicas que regem as pesquisas científicas, notadamente aquelas relacionadas à ética, confidencialidade e anonimato. Este estudo aderiu estritamente a tais princípios. O respeito à liberdade dos participantes em recusar-se a participar do estudo foi assegurado, isentando-os de qualquer represália por parte da equipe executora do estudo. Preservando assim, as condições de boa relação social com a equipe e instituição.

Ademais, enfatizou-se aos participantes a garantia do sigilo dos dados fornecidos, comprometendo-se a não divulgar detalhes sobre a participação, o nome do autor (mesmo sob a forma de iniciais) ou qualquer outra informação que possa identificá-los pessoalmente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados e discutidos os dados obtidos por meio do instrumento de coleta de dados (questionário) que foi aplicado junto aos alunos do 3º ano do ensino médio integrado no IFAP – Campus Laranjal do Jari, pertencentes às turmas e cursos já previamente mencionados na pesquisa.

Os dados coletados foram tabulados e analisados pelo método estatístico descritivo simples, utilizando-se de planilha computacional e levando em consideração o número da amostra. Os dados fornecidos pelos entrevistados foram expressos em gráficos e tabelas elaborados pelo pesquisador.

4.1 Gênero dos Sujeitos da Pesquisa

Em termos quantitativos, dos 156 alunos matriculados nas turmas selecionadas para a pesquisa, 132 responderam o questionário. Analisando os resultados, observa-se um desequilíbrio na distribuição por gênero. A maioria é do sexo feminino, representando 61,4%, enquanto a parcela masculina é de 38,6%, conforme ilustrado na tabela abaixo.

Tabela 2 – Gênero dos participantes da pesquisa

Opções para a resposta	Quantitativo de respostas	%
Gênero masculino	51	38,6
Gênero feminino	81	61,4
Total	132	100

Fonte: Elaboração do pesquisador, 2024.

Ao tentar compreender o perfil do aluno do curso técnico na forma integrada, Ferreira e Mesquita (2023), identificaram que as mulheres são a grande maioria no curso técnico na forma integrada e que a grande maioria desses estudantes busca na educação profissional a oportunidade de ser inserido no mercado de trabalho após a conclusão do curso.

Segundo Araújo e Oliveira (2022), a trajetória da mulher na educação profissional é marcada por assimetrias e profundas disparidades de gênero. Em virtude da estruturação de sistemas sociais que definiam papéis secundários às

mulheres, acabou-se por se fortalecer, no imaginário e no campo prático uma equivocada noção de que não existem espaços destinados às mulheres nos cursos de formação profissional (geralmente ocupados, na sua maioria, por homens).

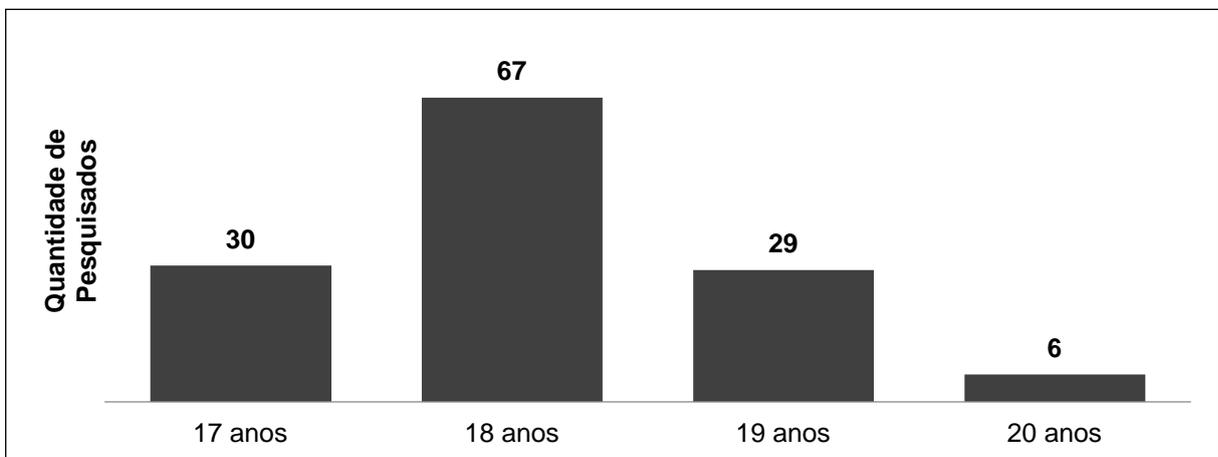
Neste sentido, os autores compreendem que é fundamental a descrição crítica da trajetória da mulher na educação profissional, buscando compreender os fatores sociais, políticos e econômicos que se integram ao conjunto de elementos que permitem ter maior clareza de como o público feminino integra a educação de cunho profissional (Araújo; Oliveira, 2022).

Com base nesses argumentos, observa-se que precisamos avançar e muito no debate sobre equidade de gênero. É urgente a tarefa de desconstruir a ideia de que espaços A ou B dedem ser frequentados mais por homens ou mulheres. Os espaços, em especial os educacionais, são constitucionalmente livres e gratuitos aos cidadãos. Os números aqui apresentados nesta pesquisa, 61,4% de representatividade feminina, podem representar avanços na construção de justa, inclusiva e respeitosa, onde todos os indivíduos.

4.2 Idade dos Sujeitos da Pesquisa

Para descrever o perfil dos alunos dos cursos integrados envolvidos na investigação, foi solicitada a idade destes. As respostas coletadas para essa pergunta estão apresentadas de forma sistematizadas no gráfico 01:

Gráfico 01 – Idade dos sujeitos da pesquisa.



Fonte: Elaboração do pesquisador, março de 2024.

As informações relacionadas às idades revelam o seguinte: 4,5% dos sujeitos possui idade de 20 anos; 22% têm idade de 19 anos; 22,7% têm idade de 17 anos e 50,8% têm idade de 18 anos. De maneira geral, isso indica que 77,3% dos participantes já atingiram a maioridade. Portanto, de acordo com as normativas trabalhistas do País, eles possuem idade adequada para ingressar no mercado de trabalho como profissionais, se assim preferirem.

Segundo Queirós e Resende (2023), o perfil do aluno da rede federal e tecnológica é variado, diverso, e fatores como localização geográfica e tempo de funcionamento do IF na região são elementos que ajudam a compreender o perfil do aluno da rede.

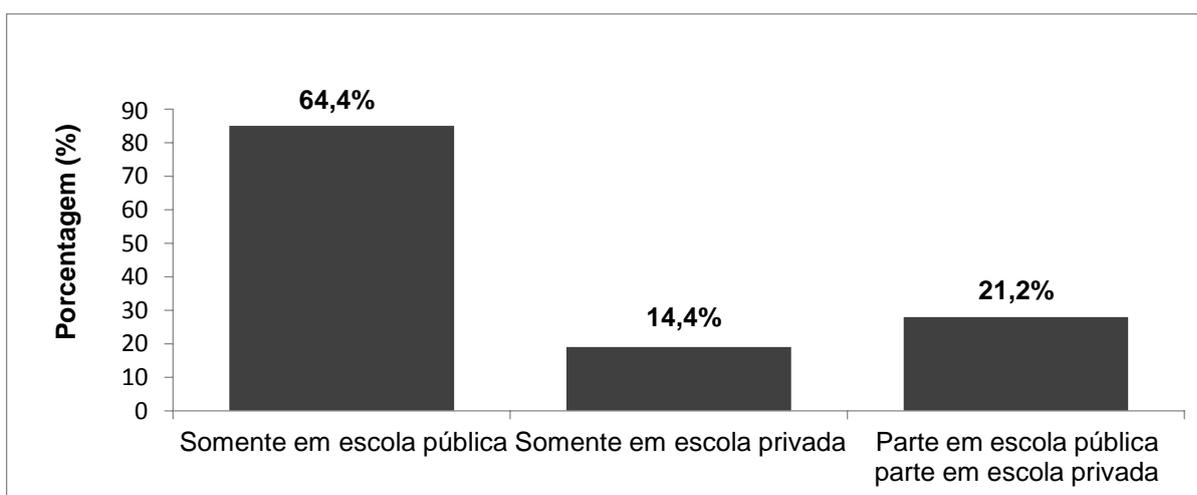
Com base nos autores Araújo e Silva (2017), a faixa etária mais adequada para a conclusão do ensino médio é entre os 15 e os 18 anos, no entanto, observa-se em nossa amostra, um desvio do que seria a idade ideal para concluir essa etapa dos estudos. Entretanto, podemos citar alguns fatores que podem ter contribuído para essas discrepâncias contidas na faixa etária do público aqui em análise, entre eles:

- a) **a pandemia da COVID-19**, que impactou diretamente os núcleos socioeducacionais de forma muito incisiva, ocasionando um atraso nos calendários escolares;
- b) **retenção escolar** é um fator relevante dentro do cenário aqui considerado, entendendo que a região onde se localiza o Campus Laranjal do Jari possui sistemas escolares precarizados, que atendem de forma insuficiente às demandas educacionais dos respectivos públicos por eles assistidos;
- c) por fim, a **trajetória escolar anterior ao ingresso no Instituto Federal do Amapá** também pode ser indicada como aspecto que explique a diferença na idade dos discentes analisados, tendo em vista que, como veremos a frente, tiveram dificuldades de acesso aos sistemas educacionais de suas localidades.
- d) **As inundações**, um evento comum em regiões ribeirinhas da Amazônia (como é o nosso caso), levam à interrupção das atividades escolares por um período que varia de 30 a 120 dias durante a estação das chuvas. Isso afeta negativamente a qualidade da educação em níveis municipal, estadual e federal.

4.3 Percurso Formativo do Sujeito da Pesquisa no Ensino Fundamental

O IFAP-Campus Laranjal tem suas particularidades, e uma delas é a trajetória educacional do aluno que ingressa no instituto para cursar o ensino médio em tempo integral. Nesse contexto, ao questionar o aluno sobre seu percurso formativo no ensino fundamental, obteve respostas diversas, essas respostas foram organizadas e apresentadas no gráfico abaixo.

Gráfico 02 – Percurso formativo do aluno da pesquisa, no Ensino Fundamental.



Fonte: Elaboração do pesquisador, março de 2024.

Quanto ao histórico escolar no ensino fundamental, a pesquisa revelou que 64,4% dos participantes frequentaram escolas públicas, 14,4% frequentaram escolas privadas e 21,2% cursaram o ensino fundamental em ambas as modalidades, alternando entre escolas públicas e privadas. Isso indica que a maioria dos alunos que responderam ao questionário provém da rede pública de ensino. Nesse contexto, é relevante mencionar as observações de Queirós e Resende (2023), os quais destacam que a falta de estudos que descrevem a origem educacional dos alunos do ensino médio integrado da Rede Federal representa um desafio para a elaboração de perfis mais detalhados em pesquisas educacionais.

Dada à pequena proporção de apenas 14,4% dos entrevistados que afirmaram ser egressos do sistema privado de ensino, ou seja, cursaram o nono ano em escola particular. Com base nesse número, pode-se inferir então que 85,6% dos alunos envolvidos na pesquisa, nas quatro turmas observadas, provêm do ensino

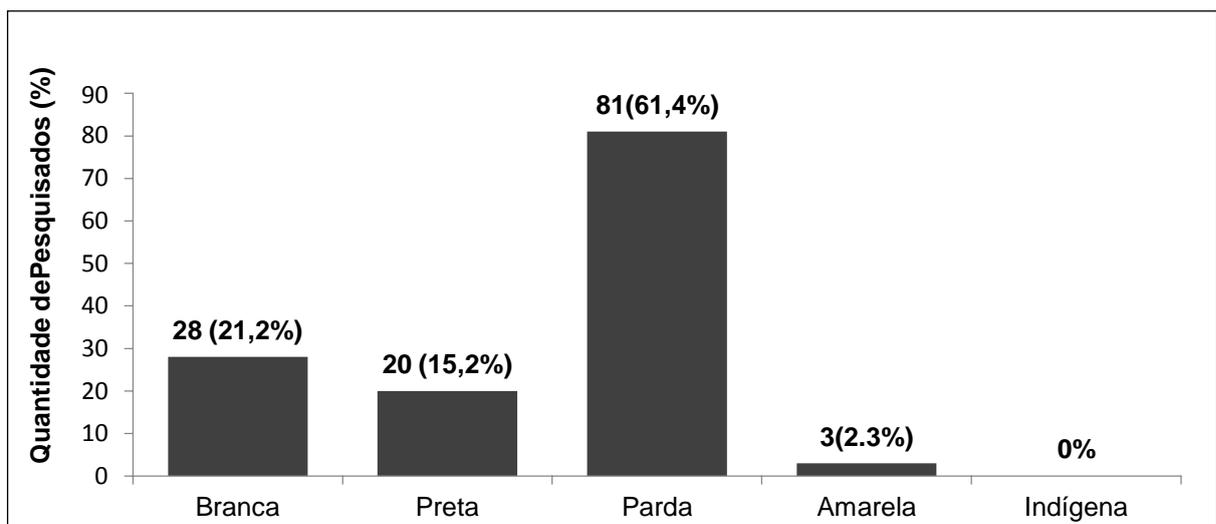
público. Isso indica dizer que, apesar dos desafios enfrentados pelo ensino público, ele continua sendo uma plataforma significativa para a escolarização da população do Vale do Jari, uma vez que o Campus Laranjal do Jari atende não só município de Laranjal do Jari, onde está situado, mas também as cidades, distritos e comunidades vizinhas entre estes em grande maioria o distrito de Monte Dourado – PA e o município de Vitória do Jari – AP.

Com o movimento do ensino médio integrado à educação profissional, oferecido pelo IFAP Campus Laranjal do Jari, observa-se uma transformação nas escolas municipais que oferecem o nono ano do ensino fundamental. A estrutura física do campus, juntamente com o bom currículo acadêmico de seus professores, pode está despertando desejo nos alunos que concluem o fundamental II a prosseguir seus estudos no Campus. Além dessa possibilidade como fator de escolha, obter um diploma técnico no ensino médio, tem impulsionado todo esse movimento nas escolas do município, seja ela pública ou particular.

4.4 Autodeclaração da cor/raça dos Sujeitos

Foi perguntado aos alunos como eles se autodeclaram quanto à sua raça/cor e sua identidade étnica. As respostas para essa questão encontram-se sistematizadas no gráfico 03.

Gráfico 03 – Autodeclaração dos sujeitos



Fonte: Elaboração do pesquisador, março de 2024.

As informações sobre autodeclaração de cor ou raça revelaram que: 81 participantes, média de 61,4% se identificaram como pardos; 15,2% como pretos, esses somam 20 estudantes. Já 2,3%, ou seja, 3 se autodeclararam ter cor amarela e 21,2%, ou seja, 28 participantes se reconhecem como brancos. Nenhum participante se autodeclarou como indígena. Queirós e Resende (2023) destacam que a predominância de pretos e pardos é observada em várias realidades dos espaços educacionais, porém, os autores apontam que comparar essas categorias é desafiador devido às diferentes proporções em diferentes contextos regionais do Brasil.

Na realidade amazônica, contexto em que se insere o Campus Laranjal do Jari, localizado no sul do estado do Amapá, estas questões relacionadas à racialidade e etnia adotam contornos ainda mais complexos. O que se percebe nos dados aqui coletados é que os pardos predominam, o que aponta para o fato de que os discentes desse contexto regional específico são moradores de uma cidade amazônica, rodeada de comunidades ribeirinhas.

4.5 Fator que Influenciou a escolher estudar o Ensino Médio na EPTNM

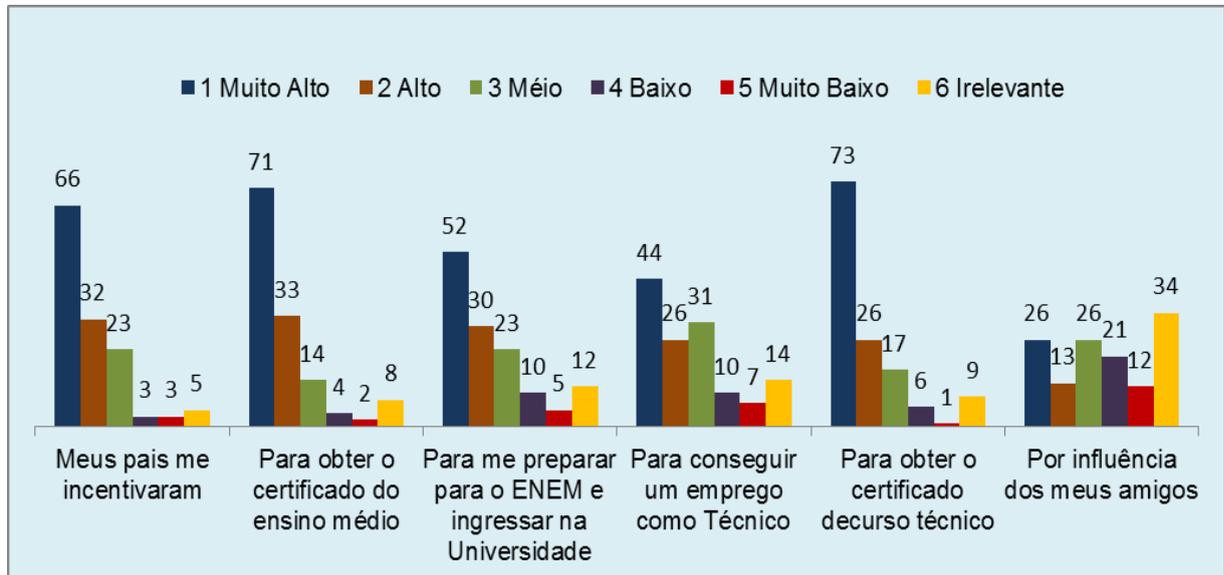
Desde que foi implantado no sul do Amapá, o IFAP tem atraído um público bastante distinto em seus processos seletivos, principalmente dos egressos do ensino fundamental. Nesse contexto, questionou-se aos alunos participantes da pesquisa o seguinte: quais foram os motivos que os levaram a escolher o IFAP para cursar o ensino médio, na modalidade integrada à Educação Profissional. Após a organização dos dados coletados, chegamos aos números mostrados no gráfico 4.

As opções de resposta indicaram vários fatores, e os respondentes deveriam indicar a importância desses fatores, utilizando as seguintes categorias: Muito Alto, Alto, Médio, Baixo, Muito Baixo e Irrelevante. Dessa forma, o gráfico abaixo mostra os motivos que levaram o público-alvo da pesquisa a optar pelo ensino médio integrado à educação profissional, para dar continuidade aos estudos após concluírem o ensino fundamental. Os resultados destacam que o principal motivo para essa escolha foi a obtenção do certificado técnico.

Por outro lado, nota-se nas respostas dos estudantes que a "influência dos amigos" é considerada um fator irrelevante na escolha da modalidade de ensino a

ser cursada no ensino médio. Os fatores que influenciam as escolhas estão representados no gráfico a seguir.

Gráfico 04 – Fator que influenciou na escolha de estudar na EPTNM.



Fonte: Elaboração do pesquisador, março de 2024.

A apresentação dos números mostra as percepções positivas relacionadas à formação técnica nos sugere dizer a formação técnica profissional, apresenta significativa contribuição e também nos permite ressaltar o compromisso que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem para o desenvolvimento profissional, intelectual, cultural e social dos estudantes brasileiros, principalmente nas regiões mais carente. De acordo com Marise Ramos (2014), a educação profissional é uma necessidade social incontestável.

Com base no Censo Escolar 2023, referentes à primeira etapa da pesquisa estatística, apresentados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os números mostram que a educação profissional e tecnológica (EPT) foi à modalidade de ensino que mais cresceu na educação básica no último ano. Entre 2022 e 2023, as matrículas na EPT passaram de 2,1 milhões para 2,4 milhões, representando um aumento de 12,1% (Ministério da Educação, 2024).

A análise dialética realizada neste tópico tem como objetivo compreender a formação do aluno de maneira abrangente. Nesse contexto, destaca-se que a disponibilidade de acesso à educação profissional por meio da matrícula é apenas

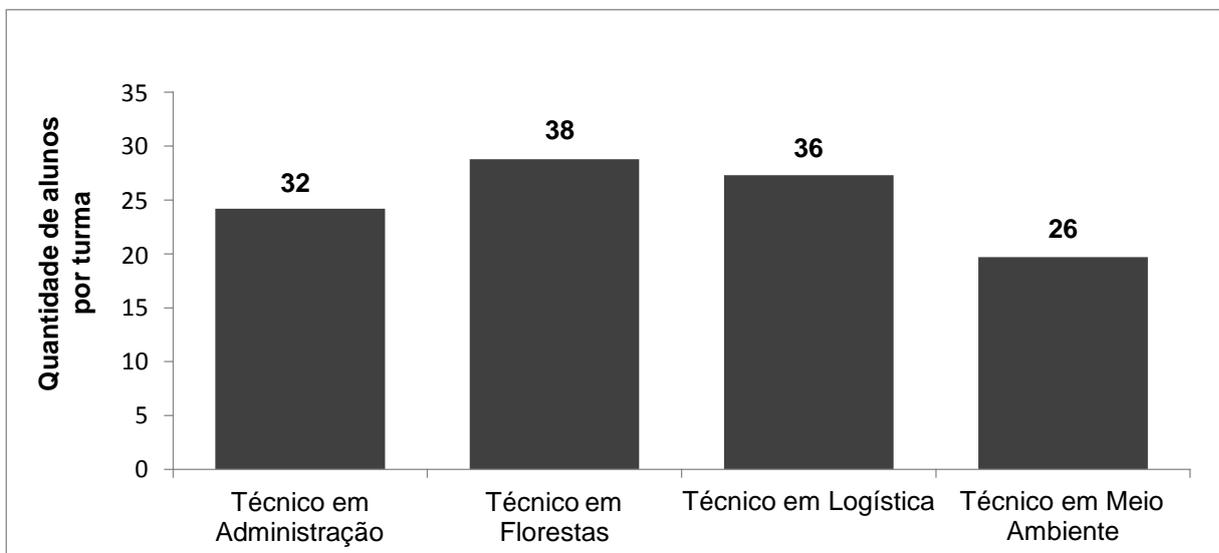
um aspecto dentro de uma rede de elementos que influenciam a promoção de uma educação de qualidade. Entre esses elementos, é essencial considerar o estágio como um processo real de formação humana.

De acordo com Brito (2021), os alunos da rede federal apresentam uma percepção positiva em relação à formação técnica. Por sua vez, Da Silva e Marcusso (2022) destacam a necessidade de reflexão sobre o processo formativo dos alunos de maneira integral no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Mencionam ainda que essa reflexão deve ser associada às suas perspectivas de vida ligadas diretamente ao processo educativo. Os autores defendem também a ideia de que a dualidade histórica entre o trabalho manual e o intelectual é um desafio que a EPT precisa superar.

4.6 Distribuição dos Participantes por Curso

Para concluir a apresentação sobre a construção do perfil dos alunos participantes da pesquisa, o gráfico que se segue mostra a distribuição dos estudantes por curso. Os dados foram obtidos a partir da pergunta: "Qual curso você faz?"

Gráfico 05 – Distribuição dos alunos por curso.



Fonte: Elaboração do pesquisador, março de 2024.

Em relação à distribuição quantitativa dos alunos por curso, observa-se que

o curso técnico em Florestas é o mais frequentado, ou seja, o mais populoso com 38 alunos, seguido pelo técnico em Logística com 36 alunos, técnico em Administração com 32 e o curso técnico em Meio Ambiente com 26 alunos. Essas porcentagens correspondem ao total de 132 alunos que participaram do questionário da pesquisa.

O Campus Laranjal do Jari está localizado geograficamente, ao Sul do Estado do Amapá, a uma distância de 276 km da capital Macapá. Desde 2010 tem contribuído de forma significativa com o desenvolvimento da região por meio da oferta do ensino técnico profissional, de atividades de pesquisa e também de extensão. Sua oferta de formação está concentrada nos eixos de Gestão e Negócio, Tecnologia da Informação e Comunicação e Meio Ambiente e Saúde. (Brasil, 2008)

Ainda sobre as características locais, essas amostras ajudam a compreender esses números apresentados. Essa região é conhecida por sua rica biodiversidade e recursos naturais. Laranjal do Jari está inserido na Amazônia, uma das maiores florestas tropicais do mundo. Dessa forma, uma grande parte de seus arranjos produtivos está concentrada nos recursos florestais. Nesse contexto, é possível dizer que a popularidade do curso técnico em florestas esteja diretamente relacionada a essa característica local.

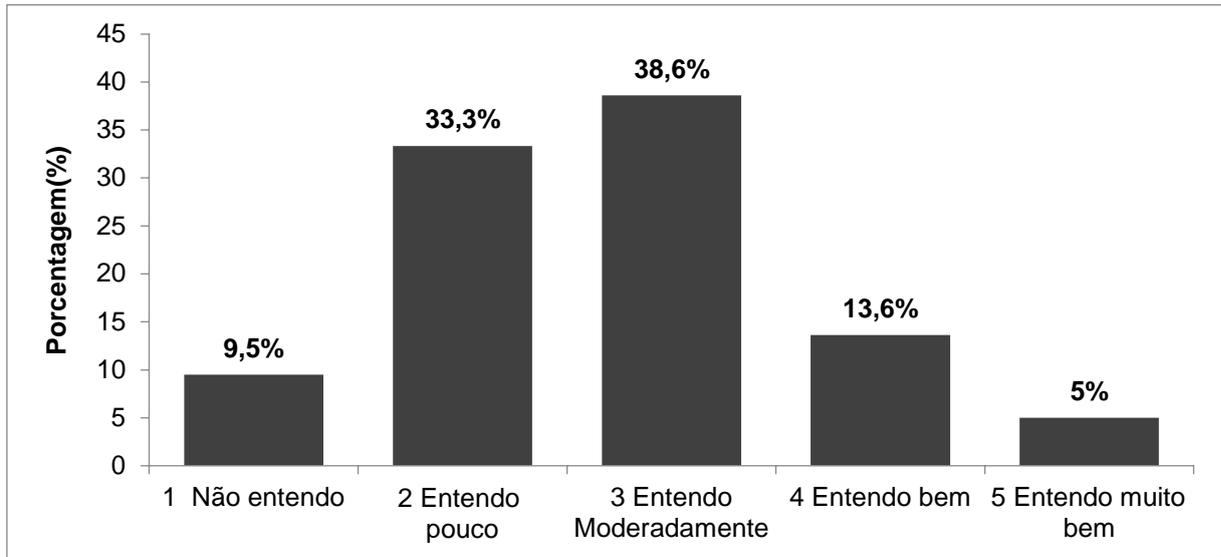
4.7 Entendimentos sobre as Diretrizes do Estágio

Considerando os objetivos da pesquisa, tornou-se necessário compreendermos o nível de entendimento dos alunos em relação às diretrizes e regulamentos que orientam os estágios curriculares no Instituto Federal do Amapá, Campus Laranjal do Jari. Nesse contexto, os alunos foram questionados da seguinte maneira: "Em uma escala de 1 a 5, assinale o quanto você entende sobre as diretrizes e regulamentos que regem os estágios curriculares na educação profissional."

Para este questionamento foi empregada uma escala de 1 a 5, com as seguintes categorias: (1) Não entendo, (2) Entendo pouco, (3) Entendo moderadamente, (4) Entendo bem e (5) Entendo muito bem.

Com base nas escalas apresentadas como opção de respostas para tentarmos compreender seus entendimentos sobre a pergunta já destacada, observou-se uma variedade de respostas entre os participantes. As respostas a essa indagação estão dispostas da seguinte maneira:

Gráfico 06 – Entendimento sobre as diretrizes do estágio.



Fonte: Elaboração do pesquisador, março de 2024.

Os resultados, apresentados em percentuais, proporcionam uma visão abrangente do grau de familiaridade dos respondentes com o tema. Uma parcela significativa, correspondente a 38,6% dos participantes, indicou possuir um entendimento moderado sobre as diretrizes e regulamentos do estágio. Isso sugere que muitos estão familiarizados em um nível intermediário, demonstrando ter uma base razoável de conhecimento sobre as diretrizes e regulamentos que regem os estágios.

Nota-se também que 33,3% dos participantes têm um entendimento limitado sobre o assunto, evidenciando uma oportunidade para esforços de esclarecimento e aprimoramento do conhecimento. E uma parcela de 9,8% dos respondentes admitiu não entender as diretrizes e regulamentos dos estágios curriculares. Esse resultado destaca a necessidade de estratégias educacionais adicionais ou recursos informativos para esclarecer pontos essenciais.

Ao somarmos as categorias "entendo bem" e "entendo muito bem", percebemos que apenas 18,6% dos participantes possuem um entendimento sólido das diretrizes e regulamentos do estágio supervisionado, sugerindo um nível satisfatório de conhecimento nessa área específica.

O entendimento moderado reflete uma familiaridade intermediária com as normativas. Essa visão pode ser enriquecida ao considerar as orientações específicas fornecidas por órgãos reguladores da educação no Brasil. A

compreensão das diretrizes e regulamentos dos estágios curriculares na educação profissional técnica de nível médio é essencial para garantir a eficácia dessas práticas educacionais.

No entanto, ao considerar os níveis de compreensão a partir das categorias descritas no questionário, observamos números que demandam reflexão no que diz respeito ao entendimento dos alunos sobre as diretrizes e regulamentos dos estágios. A combinação de 38,6% com conhecimento moderado, junto aos 33,3% com conhecimento limitado, e mais 9,5% que afirmaram não possuir qualquer conhecimento sobre o assunto, resultam em um total significativo de 81,4% dos alunos pesquisados que sugere dizer que falta mais clareza e segurança sobre as normas que regem os estágios na instituição.

De acordo com Lovato (2020), a presença de instrumentos pedagógicos que elucidem a importância do estágio curricular supervisionado na formação profissional é crucial para atingir os objetivos propostos nessa modalidade. Segundo a autora, a criação de recursos educacionais com características informativas, didáticas e de fácil acesso tem o potencial de contribuir para esclarecer as diretrizes, regulamentos e processos de gerenciamento do estágio nas instituições de ensino.

Documentos, como o Parecer nº 035/2003/CNE/CEB, publicado no Diário Oficial da União em janeiro de 2004, é um importante documento de defesa do estágio como ato educativo e esclarece pontos importantes. O documento evidencia a importância das diretrizes orientadoras do estágio para o alcance de seus objetivos formativos. Além disso, o parecer nos permite compreender a histórica defesa que o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Básica (CEB), em colaboração com os Ministérios da Educação (MEC) e do Trabalho e Emprego (MTE), e outras entidades interessadas em defender o estágio como princípio formativo. Assim, o parecer nº 035/2003/CNE/CEB fortalece o cumprimento das regulamentações, implementação e divulgação adequada do estágio supervisionado para os alunos do ensino médio e da educação profissional.

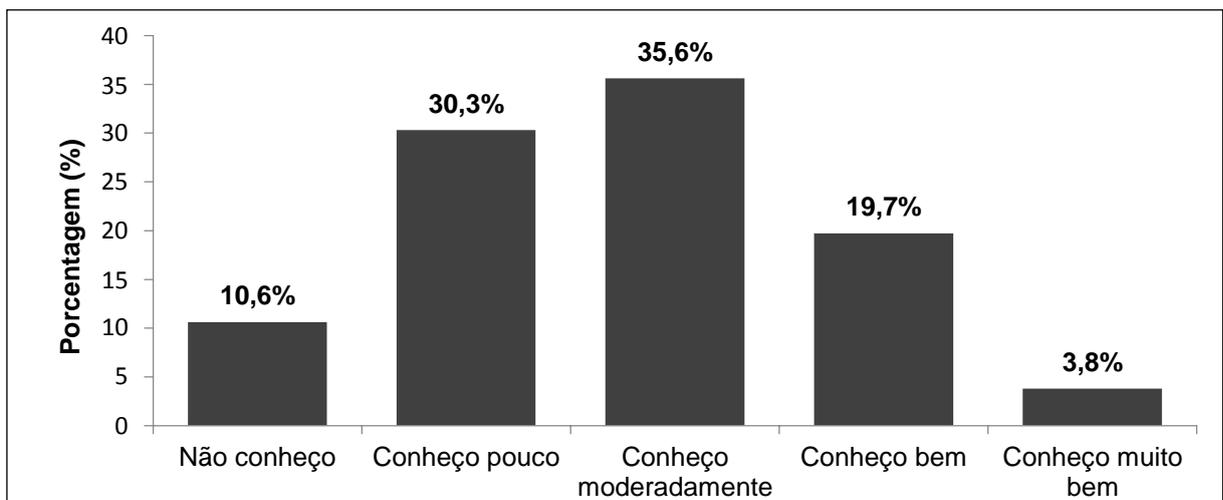
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu Art nº 82 menciona que “os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.” O CONSUP/IFAP em dezembro de 2023 aprovou a resolução nº 106/CONSUP, esta resolução, junto com a Lei nº 11788/2008 direcionam e normatizam a execução do estágio na instituição.

Esses documentos regulatórios, somados a recursos de cunho didático-pedagógico, formam a base normativa que orienta a prática de estágios curriculares na educação profissional, proporcionando um arcabouço legal para o desenvolvimento dessas atividades educacionais. Portanto, ao aprofundar o entendimento desses pareceres e resoluções, os envolvidos nos estágios curriculares poderão fortalecer sua base de conhecimento e contribuir para uma implementação mais efetiva dessas práticas educacionais.

4.8 Conhecimento Quanto à Avaliação e Pontuação do Estágio

Os alunos também foram indagados sobre seus conhecimentos acerca do processo de avaliação e pontuação do estágio curricular supervisionado. Os resultados, apresentados no gráfico 7 demonstram os vários níveis de entendimento dos métodos de avaliação do estágio utilizados na instituição.

Gráfico 07 – Processo de avaliação e pontuação do estágio curricular



Fonte: Elaboração do pesquisador, março de 2024.

Quantitativamente observa-se que uma parcela de 10,6% dos participantes indicou não ter conhecimento sobre como os estágios curriculares são geralmente avaliados em sua instituição. Essa falta de conhecimento pode indicar a necessidade de esforços para fornecer informações claras sobre os critérios dos métodos avaliativos do estágio no campus. Cerca de 40 alunos, ou seja, 30,3% afirmaram conhecer pouco sobre o processo de avaliação do estágio. Observa-se

aqui uma compreensão inicial sobre as avaliações do estágio, mas, ainda há espaço para um entendimento mais aprofundado.

A maioria, representando 35,6%, afirmou conhecer moderadamente o processo de avaliação dos estágios. Isso sugere um nível intermediário de familiaridade, indicando que uma parcela significativa dos participantes possui um entendimento razoável sobre como os estágios são avaliados. Uma parcela de 19,7% dos participantes indicou conhecer bem o processo de avaliação dos estágios curriculares. Essa porcentagem sugere que alguns respondentes têm um conhecimento sólido sobre os critérios e métodos de avaliação em sua instituição.

Apenas 3,8%, dos participantes afirmou conhecer muito bem o processo de avaliação dos estágios curriculares. Esse baixo número indica a necessidade de intervenção pedagógica que esclareça sobre os métodos de avaliação do estágio na instituição. No geral, esses números apresentam uma oportunidade de criar meios pedagógicos para melhorar o entendimento dos processos avaliativos do estágio, uma vez que, esses estágios não apenas proporcionam uma experiência prática aos estudantes, mas também constituem uma oportunidade para avaliar e aprimorar suas habilidades no contexto profissional.

Para Guimarães e King (2018), a avaliação educacional nesse processo deve primeiramente romper com os modelos tradicionais avaliativos. Neste sentido, torna-se necessário que a avaliação no estágio também seja técnico-pedagógica, formativa e diversificada. A avaliação da aprendizagem educacional por meio do estágio depende de um processo contínuo e colaborativo que esteja para além da relação professor e aluno. Ainda sobre isso, diz o autor, é fundamental também que a estrutura organizacional da escola e seus parceiros compreendam o estágio para além do seu sentido formal.

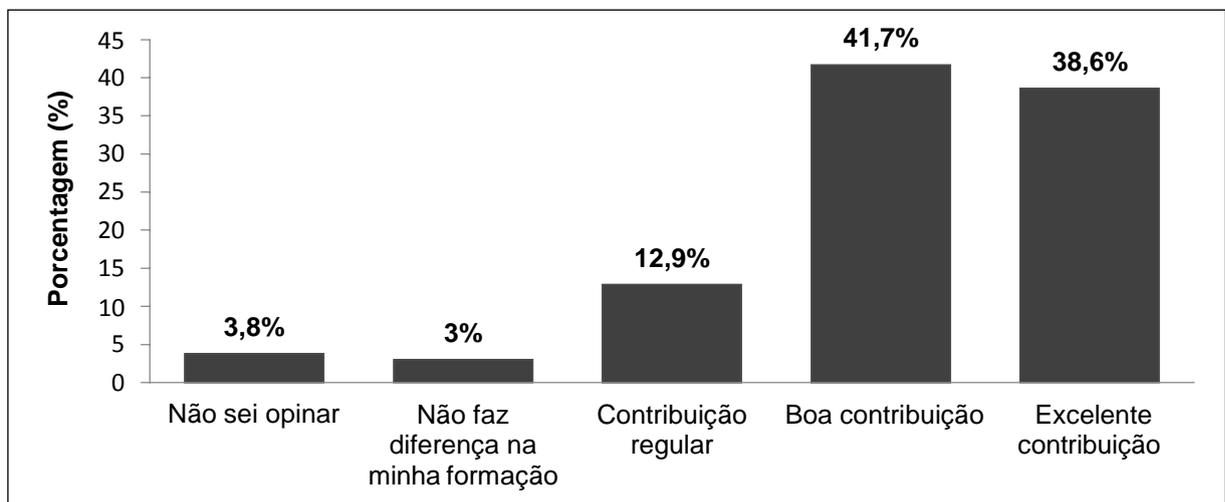
Além disso, sobre esses aspectos, a compreensão acerca de como os estágios são validados varia entre os participantes para participante. Assim, destaca-se a necessidade de um entendimento mais amplo e claro sobre os critérios e processos de avaliação empregados no campus.

Essa análise contribui para uma compreensão mais abrangente do panorama atual acerca do entendimento no que se refere aos processos avaliativos do estágio. Apresentando, áreas específicas onde esforços educacionais adicionais podem ser direcionados para melhorar a compreensão e a preparação dos alunos em relação à avaliação dos estágios curriculares.

4.9 Contribuições do Estágio Para a Formação Técnica Profissional

Com o objetivo de conhecer a opinião dos alunos pesquisados sobre a contribuição do estágio para sua formação profissional, foi perguntado por meio do questionário: qual seria a contribuição do estágio para sua formação técnica profissional? Nesse questionamento foram disponibilizadas as seguintes opções para resposta: (1) Boa contribuição, (2) Excelente contribuição, (3) Contribuição Regular, (4) Não faz diferença alguma na minha formação e (5) Não sei opinar. As respostas encontram-se sistematizadas abaixo.

Gráfico 08 – Contribuição do estágio para a formação integral



Fonte: Elaboração do pesquisador, março de 2024.

A maioria dos alunos envolvidos na pesquisa reconhece o estágio como um elemento crucial para aprimorar suas habilidades e conhecimentos na área específica em que estão envolvidos. Um número significativo, 41,7% dos participantes, considera o estágio como uma fonte importante de contribuição para sua formação técnico-profissional.

Outros 38,6% dos sujeitos percebem o estágio como uma fonte excelente de contribuição para o desenvolvimento de suas habilidades profissionais, sinalizando um reconhecimento significativo dessa experiência prática. Ainda que em menor proporção, 12,9% indicaram que o estágio contribui de maneira regular para sua formação técnica profissional.

De forma inesperada, 3% indicaram que o estágio não tem impacto algum em sua formação. Ao compararmos esse pequeno número com os outros 97%, que afirmaram que de alguma forma o estágio tem influência positiva em sua formação técnica profissional, isso sugere uma visão predominantemente favorável a essa prática do estágio como ato formativo. No entanto, é importante destacar o percentual de 3% que denota negatividade do estágio como ato educativo. Esse dado requer atenção para tomada de decisões, pois o estágio é amplamente reconhecido como um espaço crucial para o desenvolvimento humano e intelectual do estudante em formação.

Os 3,8% dos respondentes que afirmaram não ter uma opinião formada sobre a contribuição do estágio em sua formação técnica profissional, somados aos 3% que afirmaram que o estágio não tem importância alguma em sua formação, reforça a importância de direcionamentos orientativos por parte da instituição com ações educativas com o fim de reverter esses números.

No geral, a distribuição das respostas sugere uma aceitação positiva do papel do estágio na formação técnico-profissional. Essa percepção positiva pode orientar as instituições de ensino no sentido de otimizar e aprimorar as políticas de informação do estágio no campus. Essas ações tendem garantir uma contribuição ainda mais eficaz para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Para Caires e Almeida (2000), o estágio é um momento que se constitui em um processo prático onde em tese, o aluno entra em contato direto com sua futura carreira profissional. Neste sentido, Caires e Almeida defendem a tese da importância do estágio, na medida em que o mesmo oferece ao aluno uma noção do mundo real relacionado diretamente com seu processo formativo. Assim, contribui Pimenta (2012), ao compreender o estágio como processo real que deve ser trabalhado a partir da realidade concreta de formação do aluno, ou seja, o estágio tem uma perspectiva interdisciplinar.

Nessa continuidade, o estágio, como destacado por Rosa (2010), passou por diversas fases até a legitimação em 2008 com a Lei 11.788. Inicialmente regulamentado pela Portaria 1.002/1967, a década de 1970 viu a Lei 6.494 autorizar estágios para diversos níveis de ensino, complementada pelo Decreto 87.497/1982.

A consolidação veio com a Lei 11.788/2008, ressaltando o caráter educacional do estágio e introduzindo ferramentas de controle. Além de preparar para o mercado de trabalho, o estágio, conforme o artigo 1º da Lei 11.788/2008 é um

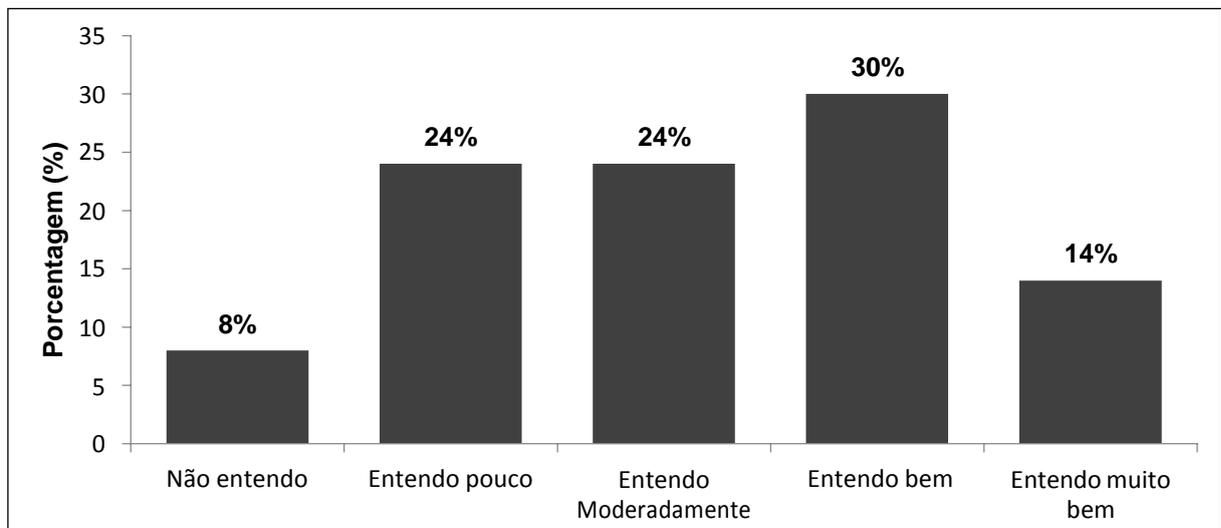
ato educativo escolar supervisionado que visa à preparação para o trabalho produtivo, proporcionando crescimento nos aspectos sociais, culturais e morais.

Assim sendo, o estágio é a oportunidade para os estudantes aplicarem na prática os conhecimentos teóricos, sendo orientados e avaliados por profissionais experientes. A legislação estabelece que até 10 estagiários possam ser supervisionados simultaneamente por um único supervisor, garantindo uma experiência educativa eficaz.

4.10 Papel do Supervisor de Estágio

A pesquisa buscou saber também, sobre o entendimento dos alunos acerca do papel do supervisor de estágio. Para resposta desta pergunta, foi proposta uma escala de 1 a 5. As distribuições das respostas podem ser visualizadas no gráfico 09 apresentado abaixo:

Gráfico 09 – Papel de um supervisor de estágio



Fonte: Elaboração do pesquisador, março de 2024.

As respostas foram apresentadas e descritas assim: Uma parcela significativa de 8% dos participantes indicou que não possui entendimento sobre o papel do supervisor de estágio. Já 24% dos respondentes afirmaram ter uma compreensão limitada sobre o papel do supervisor de estágio.

Outros 24% indicaram um entendimento moderado sobre o papel do supervisor de estágio, sinalizando uma familiaridade intermediária. A maioria, representando 30% dos participantes, afirmaram entender bem o papel do

supervisor de estágio. Uma parcela de 14% dos respondentes sinalizaram ter um entendimento bastante aprofundado sobre o papel do supervisor de estágio.

Para Vieira (2010), é preciso esclarecer também aos supervisores os objetivos do estágio, buscando definir metas e esclarecer parâmetros das avaliações. Dessa forma, torna-se fundamental que as instituições dialoguem constantemente com os supervisores, visando manter o foco e o bom aproveitamento da experiência profissional do aluno. Para Oliveira (2023) encontros entre orientadores e supervisores podem contribuir de maneira significativa para a integração da proposta educacional do ensino médio na forma integral.

Essas distribuições de respostas vindas dos alunos sugerem refletir sobre as diversidades dos níveis de compreensão, desde a falta de entendimento, até uma compreensão avançada do papel desempenhado pelo supervisor de estágio. Essa variedade de entendimento informada pelos estudantes pesquisados pode influenciar positivamente na dinâmica da qualidade da oferta do estágio na instituição de ensino. Além disso, possibilita refletir sobre a eficácia dos programas de estágio, sugerindo estratégias claras de comunicação e orientação para os estudantes. Esses questionamentos são fundamentais para aperfeiçoar a experiência do estágio e maximizar os benefícios proporcionados pelo papel do supervisor.

O supervisor desempenha uma função vital no desenvolvimento das habilidades e competências essenciais para o ingresso no mercado de trabalho. Através do acompanhamento direto, o supervisor contribui para o aprimoramento profissional do aluno, proporcionando orientações valiosas sobre como integrar teoria e prática de maneira eficaz (Oliveira, 2023).

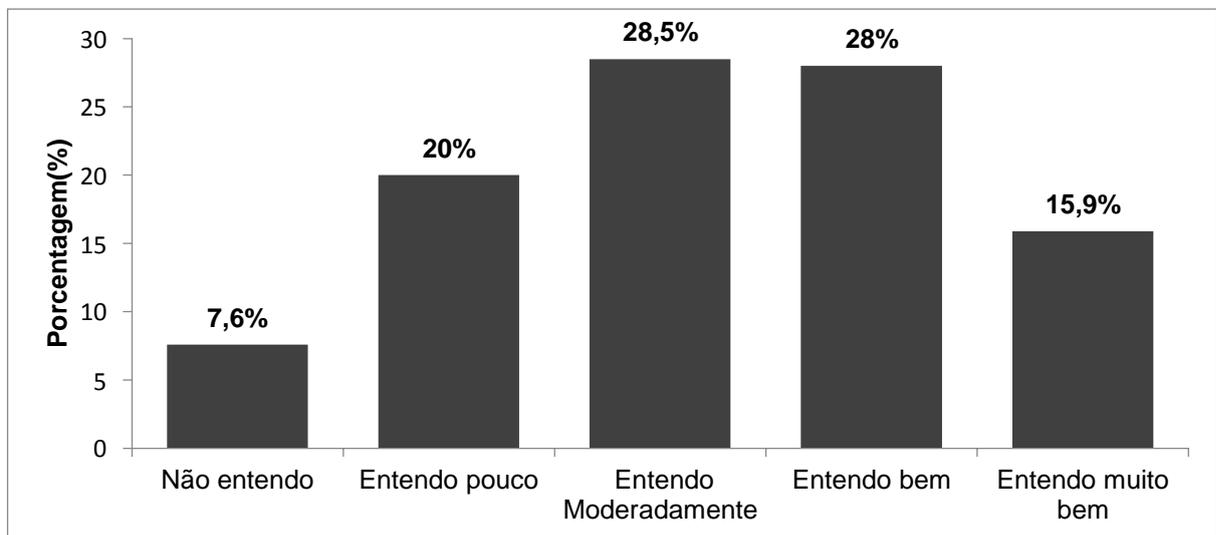
Outra função do supervisor é a avaliação do desempenho do aluno durante a realização do estágio. Fornecendo instruções construtivas, assim o supervisor contribui para o crescimento contínuo do aluno em formação, destacando pontos fortes e áreas que podem ser aprimoradas. Essa estratégia de avaliação é fundamental para o desenvolvimento profissional do estudante.

Ademais, o supervisor assume a responsabilidade de garantir que o estágio esteja em conformidade com as normas e regulamentações estabelecidas pelo Ministério da Educação. Isso inclui assegurar que o ambiente de estágio seja seguro e propício para a aprendizagem, além de garantir que os encaminhamentos e resultados do estágio atendam aos objetivos educacionais definidos.

4.11 Papel do Orientador de Estágio

Visando compreender o estágio como fenômeno dialético em sua totalidade, foi perguntado aos alunos se eles compreendiam o papel do orientador de estágio. Para isso foi disponibilizado uma escala de 1 a 5 para mencionarem suas respostas, com as seguintes nomenclaturas: (1) Não entendo, (2) Entendo pouco, (3) Entendo moderadamente, (4) entendo bem e (5) Entendo muito bem. As respostas desse questionamento foram sistematizadas e analisadas conforme gráfico 10:

Gráfico 10 – Papel de um orientador de estágio.



Fonte: Elaboração do pesquisador, março de 2024.

Uma parcela de 7,6% dos participantes indicou não possuir compreensão sobre o papel do orientador de estágio. Aproximadamente 20% dos respondentes afirmaram ter uma compreensão limitada sobre o papel do orientador de estágio. Já 28,5% demonstraram um entendimento moderado sobre o papel do orientador de estágio, indicando uma familiaridade intermediária com suas responsabilidades. Uma parcela de 28% dos participantes, afirmaram entender bem o papel do orientador de estágio.

Um grupo de 15,9% afirmou ter um entendimento bastante aprofundado sobre o papel do orientador de estágio. Essa compreensão é fundamental para uma experiência de estágio eficaz. Outrossim, esse número contribui para destacar a importância de estratégias claras de comunicação e orientação para os estudantes.

Além de contribuir significativamente para maximizar os benefícios proporcionados pelo papel do orientador na orientação e desenvolvimento dos estagiários ao longo do processo de realização do estágio. As informações desta pergunta são indispensáveis para as instituições de ensino programar abordagens personalizadas para atender às necessidades específicas dos estudantes em seus estágios curriculares.

Vale mencionar que o papel do orientador envolve uma série de desafios complexos e multifacetados. Dentre esses desafios, destaca-se a necessidade de conectar o ensino teórico, aquele da sala de aula, com a prática profissional no campo de estágio, uma tarefa que, segundo Amorim e Bagnato (2003), exige uma série de abordagens e estratégias integradora.

Além disso, o orientador enfrenta o desafio de confrontar a dicotomia entre teoria e prática, uma questão amplamente discutida na literatura educacional. Autores como Pimenta e Lima (2017), Pimenta (1994), e Libâneo (2012) ressaltam a importância de superar essa dicotomia, buscando integrar de maneira eficaz os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula com a aplicação prática no ambiente de estágio.

Outro desafio é a necessidade de aproximar, em muitos casos, a concedente de estágio e a escola. Nesse contexto, Souza Neto et al (2012) e Ludke (2009) destacam a importância de estabelecer pontes sólidas entre essas duas instituições, visando a uma integração efetiva que beneficie tanto os alunos quanto os profissionais envolvidos.

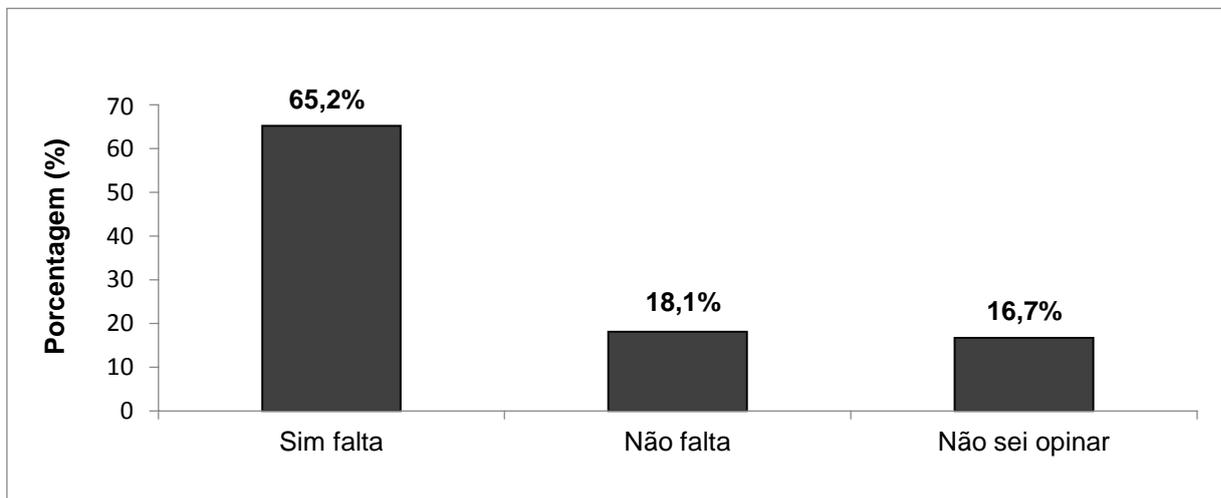
Em uma perspectiva reflexiva, o orientador tem a responsabilidade de formar profissionais autônomos, críticos e criativos. Nessa perspectiva, Pimenta (1995) enfatiza a importância desse aspecto, destacando que a formação acadêmica deve ir além da transmissão de conhecimentos, deve capacitar os alunos e os levar a refletirem criticamente sobre sua prática profissional e desenvolverem habilidades de pesquisa acadêmica.

Diante desses desafios, fica evidente que o papel do orientador de estágio curricular supervisionado vai além da orientação direta, ele é um facilitador do processo de aprendizagem, guiando os alunos na integração entre teoria e prática, promovendo a colaboração entre empresa e a escola, e estimulando uma formação reflexiva que prepara os estudantes para os desafios do mundo profissional e acadêmico.

4.12 Informações Sobre o Estágio

Considerando o papel fundamental da informação ao longo da história, nos processos de ensino-aprendizagem e na sociedade atual, os alunos foram indagados sobre a disponibilidade de informações referentes ao estágio na instituição. Eles responderam utilizando uma escala de 1 a 3, onde (1) indica que sim, falta informação; (2) indica que não, não falta; e (3) indica que não têm opinião formada. Os resultados dessa sondagem estão apresentados de forma sistematizada a seguir.

Gráfico – 11 Falta informação sobre o que é o estágio supervisionado



Fonte: Elaboração do pesquisador, março de 2024

A maioria expressiva, representando 65,2% dos participantes, acredita que há falta de informações sobre o estágio supervisionado. Uma parcela de 18,1% dos respondentes indica que, em sua opinião, não há falta de informações sobre o estágio supervisionado. Cerca de 16,7% dos participantes afirmaram não ter uma opinião formada sobre se falta ou não informação sobre o estágio curricular supervisionado na instituição. Esses resultados indicam a necessidade de construir meios de potencializar informações sobre o estágio curricular supervisionado dentro da instituição de ensino e empresas concedentes de vagas de estágio.

Analisando os números fornecidos, que representam as respostas do questionário, podemos avaliar o impacto do estágio na formação dos alunos. Alguns desses dados nos indicam a importância de criar estratégias pedagógicas para

preencher as lacunas identificadas. Nesse sentido, é pertinente ampliar nossa reflexão, pois 65,2% dos estudantes consultados disse que existe falta de informações sobre estágio, esse número somado com os 16,7% que não souberam opinar, obtemos 81,9% dos estudantes que de alguma forma sentem a necessidade de informações sobre estágio.

Uma abordagem proativa para esclarecer dúvidas e fornecer informações claras sobre este tema, pode contribuir para uma compreensão mais abrangente sobre o papel e os benefícios do estágio supervisionado. Por esse motivo, esses dados podem ser um ponto de atenção para as instituições de ensino e outros órgãos responsáveis pela comunicação e divulgação de informações sobre programas de estágios.

Para Carvalho (2009) o levantamento e divulgação de informações servem de parâmetros, que tendem a ajudar na organização e reorganização de propostas educacionais, estas trabalham no sentido de melhorar o desempenho dos alunos no estágio. Para Mosé (2013), a falta de conexão entre escola e sociedade é um aspecto que deve ser evitado, pois a ausência dessa conexão pode prejudicar o desenvolvimento dos alunos em suas atividades acadêmicas e principalmente social. Nessa continuidade, Ferreira, Martins e Gonçalves (2019), explicitam que a falta de acompanhamento gera insegurança no aluno, o que contribui para uma má experiência no estágio por parte do estudante em campo de estágio.

Ressalta-se ainda que o estágio supervisionado seja uma atividade essencial no contexto da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), mas precisamente no ensino médio integrado, ofertado pela Rede Federal. Essa modalidade de ensino utiliza o estágio para proporcionar aos estudantes a oportunidade de desenvolver competências e habilidades práticas fundamentais para sua futura atuação profissional e social. Durante esse período, os estagiários têm a chance de aplicar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, contribuindo para uma formação mais completa e alinhada às demandas do mercado de trabalho.

Um dos benefícios notáveis do estágio é a possibilidade dos estagiários realizarem tarefas e funções específicas da área em que estão inseridos, permitindo uma identificação mais clara de suas potencialidades e, igualmente importante, de suas áreas a serem aprimoradas. Este processo reflexivo é valioso para evitar

equivocos na escolha do primeiro emprego, proporcionando uma transição mais suave da vida acadêmica para a profissional.

É importante destacar que realizar um estágio durante a formação não apenas complementa a formação acadêmica, mas também desempenha um papel significativo na inserção no mercado de trabalho. Algumas empresas veem o estágio como uma oportunidade de pré-recrutamento, observando o desempenho e a adaptabilidade dos estagiários antes de efetuar contratações efetivas. Isso evidencia a relevância do estágio como um canal estratégico para estudantes que almejam uma transição bem-sucedida para o universo profissional.

Em virtude de todos esses pontos, é possível perceber que o estágio supervisionado não é apenas um requisito curricular, mas uma etapa fundamental na formação integral dos estudantes. Ao proporcionar uma experiência prática, ele contribui para o desenvolvimento de habilidades específicas da área de atuação, promove a integração entre teoria e prática, e prepara os futuros profissionais para os desafios e expectativas do mercado de trabalho.

Dessa forma, para preencher as lacunas identificadas no decorrer do estudo, bem como promover uma compreensão mais abrangente e positiva do estágio, foi elaborado um recurso educacional (ANEXO I). Em formato de cartilha, este produto educacional apresenta uma linguagem fácil e acessível e ilustrativa, que segundo Kaplun (2003) são pontos importantíssimos para a eficácia de um PE. Assim sendo, espera-se que este recurso educacional auxilie os alunos, coordenadores de cursos, setor de gerenciamento de estágio no campus, empresas concedente de vagas de estágio, bem como a equipe multidisciplinar do setor pedagógico, para que todos tenham uma percepção mais aprofundada sobre os aspectos positivos do estágio supervisionado no EMI.

Espera-se ainda que o recurso educacional elaborado possa ser integrado ao ambiente educacional, e que estimule a participação ativa dos alunos no estágio e promova a compreensão que se espera desse significativo componente curricular da EPT. Vale reforçar que esta ferramenta pedagógica busca não apenas oferecer informações sobre os aspectos já mencionados, mas também enfatizar a importância do estágio no percurso formativo e colaborativo para o ensino técnico integrado.

Assim sendo, os dados aqui apresentados nessa seção respondem também a hipótese levantada no pré-projeto, sobre a necessidade da existência de um

recurso didático, que promovesse orientações gerais sobre estágio, para assim estabelecer efetivamente o estágio como um ambiente essencial de formação integrada. Esta hipótese, entende-se ser confirmada pelos resultados obtidos. Assim como as diversas perspectivas mostradas nos resultados revelaram a complexidade do tema. Desse modo, reforça a importância de estratégias educacionais que promovam uma compreensão unificada e enriquecedora do estágio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos e nas discussões realizadas, é pertinente destacar o estágio supervisionado como item curricular de importância indiscutível para a formação abrangente dos estudantes da educação profissional. Sugere-se que o estágio no ensino médio integrado à educação profissional, não deve ser considerado apenas como item curricular que integra teoria e prática. Mas, sim como item curricular que relaciona teoria e prática e por ele se efetiva a formação profissional.

Durante a investigação, foi examinado em detalhes o papel do estágio na formação profissional dos alunos da EPTNM dentro da realidade do Campus Laranjal do Jari. Isso possibilitou compreender que esse elemento curricular deve ser percebido como um importante recurso pedagógico que contribui significativamente para a construção de uma base sólida de compreensão da sociedade, bem como para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, críticas e profissionais.

Essas reflexões são fundamentadas nos achados da pesquisa, que demonstraram de forma convincente a importante contribuição do estágio para a formação abrangente dos alunos do EMI. A experiência prática oferecida pelo estágio não só complementa o aprendizado teórico, mas também estimula o desenvolvimento de habilidades essenciais para lidar com os desafios do ambiente profissional e social, proporcionando uma compreensão mais profunda dos processos produtivos do mundo econômico.

Além disso, a interação com experientes profissionais no campo de estágio, a vivência em situações reais de trabalho e a participação em projetos desenvolvidos na prática, se consolida como aspectos enriquecedores no que se refere ao aprendizado. Essa imersão no contexto profissional demonstra não só ampliar a visão dos estudantes sobre suas futuras carreiras, mas também contribui para o desenvolvimento de competências socioemocionais. Competências como trabalho em equipe, comunicação e resolução de problemas de forma coletiva.

Quanto à compreensão dos estudantes do campus sobre o papel do estágio em sua formação técnica profissional, sobre as diretrizes, sobre as avaliações, sobre os acompanhamentos, foi observada uma variedade de interpretações e perspectivas. Alguns alunos enfatizaram a necessidade do estágio apenas como um

requisito para a obtenção do diploma. Por outro lado, outros reconheceram o estágio como uma oportunidade valiosa, destacando sua importância como um espaço de aprendizagem e colaboração para o desenvolvimento profissional.

Os resultados do questionário forneceram uma visão mais detalhada das opiniões dos alunos sobre o estágio. Alguns percebem o estágio como uma chance única de crescimento, enfatizando seus benefícios tanto intelectuais quanto profissionais. Entretanto, houve também alunos que consideraram o estágio como uma formalidade dispensável. Essa percepção ressalta a necessidade de uma conscientização mais profunda sobre os aspectos positivos do estágio supervisionado.

Vislumbrando possibilidades para o futuro, é imperativo ressaltar que as considerações aqui apresentadas representam uma perspectiva abrangente do estágio curricular supervisionado no ensino médio integrado. No entanto, a complexidade do tema demanda uma continuidade nas pesquisas e práticas educacionais. Futuros estudos podem explorar a eficácia da Cartilha aqui colocada como recurso educacional, avaliando seu impacto na participação ativa dos alunos no estágio e avaliando seu potencial para aprimorar o entendimento do estágio e seus aspectos, bem como sua contribuição à formação técnico-profissional e pessoal como um todo.

Em última instância, este trabalho resultou não apenas nas análises do entendimento dos alunos acerca do estágio curricular supervisionado na EPTNM, mas também oferecer uma contribuição valiosa e necessária para as pesquisas acadêmicas que buscam expandir a compreensão e o fortalecimento do estágio na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. Que as reflexões e descobertas apresentadas aqui sirvam como um ponto de partida para uma abordagem mais integrada, colaborativa e enriquecedora na formação dos futuros profissionais.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Antônio Carlos Rodrigues de; BAGNATO, Maria Helena Salgado. **Quando ensino é imaginado e se (des)conhece pela exterioridade**. Texto não publicado. Campinas, 2001.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010. p. 158-158

ANTONELLO, Claudia Simone. Aprendizagem na ação revisitada e sua relação com a noção de competência. **Comportamento organizacional e gestão**, v. 12, n. 2, p. 199-220, 2006.

ARAUJO, Evelyn Rueb Lacerda de; OLIVEIRA, Cezar Pinheiro de. Educação Profissional e Tecnológica sob uma perspectiva de Gênero: uma breve retrospectiva da trajetória da educação feminina no Brasil. In **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 22, e13139, 2022.

ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da. **Ensino médio integrado no Brasil**: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, v. 569, 2017.

BARBOSA, Eduardo Fernandes. **Instrumentos de coleta de dados em pesquisas educacionais**. 2008. Disponível em: http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2013_2/Instrumento_Coleta_Dados_Pesquisas_Educacionais.pdf Acesso em: 15/01/2023

BOECHAT, L. T.; FREITAS, N. L. Concepções de integração no Ensino Médio Integrado: uma revisão de literatura. **Vértices** (Campos dos Goitacazes), v. 24, n. 2, p. 371-396, 2022. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v24n22022p371-396>. Disponível em: <https://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16736>

BRANDÃO, Hugo Pena. Aprendizagem e competências nas organizações: uma revisão crítica de pesquisas empíricas. **Revista eletrônica de gestão organizacional**, Recife, v.6, n.3, p.321-342, set./dez. 2009.

BRANDÃO, Hugo Pena. Causas e efeitos da expressão de competências no trabalho: para entender melhor a noção de competência. **Revista de administração mackenzie (RAM)**, São Paulo, v.8, n.3, p.32-49, jul./set. 2000.

BAZANA, Josiana; NONENMACHER, Sandra Elisabet Bazana; RAMOS, Maria Rosângela Silveira. A relação teoria e prática no estágio: um estudo de caso em um curso técnico integrado ao ensino médio. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, n. 1, p. 23-40, 2021.

BRASIL. **Um passado vestido de futuro**: fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. BRASÍLIA: Editora IFB, 2012. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/1114-escolas-de-aprendizes-artifices> Acesso em: 21 janeiro 2024

BRASIL. Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Cria nas capitais dos estados da República escolas de aprendizes artífices, para o ensino profissional primário e gratuito**. Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, v. 2, p. 450-452, 1913.

BRASIL. **Documento de área – Ensino**. CAPES. Brasília, 2018.

BRASIL. **Documento de área – Ensino**. CAPES. Brasília, 2019.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2022.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2023.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispões sobre as Diretrizes Regulamentadora do MEC**, 2008.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf Acesso em: 10 de janeiro de 2024

BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. DF 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 10 dezembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Pesquisa sobre a Percepção Pública da C&T no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/web/percepcao/home> Acesso em 05 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ampliar a presença da rede federal de educação profissional em todo o Brasil é o objetivo do Plano de Expansão da Rede Federal.(S/D)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal> Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (Brasil). **Plataforma Nilo Peçanha**. Disponível em: <https://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 de abril de 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n.466 de 1**. Jun. 2012. Regula as pesquisas e testes em seres humanos.

BRASIL. Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Conselho Nacional de Educação – CNE. DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

BRASIL. Resolução nº 106, de dezembro de 2023 - CONSUP/RE/IFAP. **Aprova a Reformulação da Regulamentação de Estágio do IFAP, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP**. Disponível em:

file:///C:/Users/User/Downloads/Res.106.2023_Consumo(1).pdf Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

BRASIL. Decreto Federal nº 20.294 de 12 de agosto de 1931. **Autoriza a Sociedade Nacional de Agricultura a alienar uma parte dos terrenos do Horto Frutícola da Penha e dá outras providências.** Rio de Janeiro/RJ, 12 de agosto de 1931, 110º da Independência e 43º da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20294-12-agosto-1931-511551-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Atendendo%2C%20finalmente%2C%20a%20que%20a,Art.> Acesso em: 23 janeiro de 2024

BRASIL. Decreto-lei Nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1942, 121º da Independência e 54º da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 23 janeiro 2024.

BRASIL. BDecreto nº 66.546, de 11 de Maio de 1970. **Implementa o programa de estágios práticos para estudantes do sistema de ensino superior de áreas prioritárias, e dá outras providências.** Câmara dos Deputados. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66546-11-maio-1970-408058-norma-pe.html> Acesso em 20 janeiro de 2023.

BRASIL. Decreto nº 5154 de 23 julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.** Brasília, DF: 23 de julho de 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm Acesso: 19 fevereiro 2024

BRASIL. Decreto no 75.778 de 26 de maio de 1975. **Dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimento de ensino superior e de ensino profissionalizante de 2º grau, no Serviço Público Federal, e dá outras providências.** Disponível em: <https://dou.vlex.com.br/vid/estagio-estudantes-profissionalizante-34202807> Acesso em: 25 de fevereiro de 2024

BRASIL. Lei nº 6.494, De 7 De Dezembro De 1977. **Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º (segundo) grau e supletivo e dá outras providências.** Ministério da Educação - MEC; Ministério do Trabalho - MTB. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=6494&ano=1977&ato=726cXUU9UNnRVT456> Acesso em: 23 janeiro de 2024

BRASL. Lei nº 8.859, de 23 de Março de 1994. Câmara dos Deputados. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 24/3/1994, Página 4269 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil - 1994, Página 1486 Vol. 4 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8859-23-marco-1994-349628-norma-pl.html> Acesso em: 10 dezembros de 2023

BRASIL. Parecer nº 035 de 5 de novembro de 2003. **Normas para a organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional.** CNE/CNB. DF – 2003. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb35_03.pdf Acesso em: 25 de fevereiro de 2024

BRASIL. Portaria nº 1.002 de 29 de setembro de 1967. **Institui nas empresas a categoria de estagiário e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 out. 1967 Disponível em: http://www.allservice.org.br/interno.php?idPagina=estagios&estagio=portaria_n_100_2 Acesso em: 25 de fevereiro de 2024

BRITO, Thaís Fernanda Salves de. Por uma antropologia ouriçada: práticas de extensão universitária, bordados e uma relação possível com a comunidade de Santo Amaro–BA. **Anuário Antropológico**, v. 46, n. 1, p. 145-163, 2021.

BRUM, Basilio Cilenio Martins; FREITAS, Maria Cecília Martinez Amaro. Contribuições do estágio na formação docente em pedagogia docente universitário de anápolis: uma visão discente. **Revista Educação & Mudança**, v. 2, n. 32, p. 01-15, 2017.

CAIRES, Susana; ALMEIDA, Leandro S. Os estágios na formação dos estudantes do ensino superior: tópicos para um debate em aberto. **Revista Portuguesa de Educação**. 2000. 13(2), p.219-241.

CAMILLIS, Patricia Kinast de; ANTONELLO, Claudia Simone. Um estudo sobre os processos de aprendizagem dos trabalhadores que não exercem função gerencial. **RAM. Revista de administração mackenzie**, v. 11, p. 4-42, 2010.

CARVALHO, M. I. As dimensões pedagógicas e sociais da prática de estágio. **Extra classe: revista de trabalho e educação**, Belo Horizonte, n. 2, p. 801-804.

CASTRO, Mariana Soares. **Estágio supervisionado: espaço de formação do estudante da educação profissional e tecnológica.** 2020. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Minas Gerais, Rio Pomba - MG.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?. **Trabalho & educação**. Belo Horizonte. v.23. n.1 p. 187-205. jan-abr 2014.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memórias e de identidade.** In: RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

CIPRIANO, Aline Carla de Sousa Leite et al. Educação profissional e tecnológica integrado ao médio na educação de jovens. aproximando teoria e prática. Publicado na web em 202. **Acta tecnológica** v.15, nº 2, 2020.

COLOMBO, Irineu Mario; BALLÃO, Carmen Mazepa. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educar em revista**, n. 53, p. 171-186, 2014.

DA SILVA, Cissa Gabriela; MARCUSSO, Marcus Fernandes. Ensino Médio Integrado e o mundo do trabalho: o estágio supervisionado no contexto do IFSULDEMINAS-campus Poços de Caldas. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 22, p. e11680-e11680, 2022.

FERREIRA, Daniele Sayuri Fujita; DE MESQUITA, Patrícia Paiva. Iniciação científica e tecnológica do IFRR: Importância na formação do “jovem” egresso de curso técnico integrado ao ensino médio. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 23, 2023.

FERREIRA, Maira; MARTINS, Eliezer; GONÇALVES, Kauana. O estágio supervisionado como espaço de reflexão sobre o exercício da docência em química no ensino médio. **Formação docente – revista brasileira de pesquisa sobre formação de professores**, v. 11, n. 20, p. 11-26, 2019.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Aprendizagem e gestão do conhecimento. In: **Gestão por competências: um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas**, 2001.

FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de ensino da capes: o que há além da forma?. **Educação profissional e tecnológica em revista**, v. 5, n. 2, p. 5-20, 2021. IFES – Instituto Federal do Espírito Santo

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 265-272.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise N. Vocational education and development. 2009. p. 1307-1318.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

GUIMARÃES, Iza Manuella Aires Cotrim et al. Repensando o currículo para o Ensino Médio Integrado: aproximações com a experiência finlandesa. **Revista ibero-americana de estudos em educação**, v. 13, n. 1, p. 534-539, 2018.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HELDER, Raimundo. R. **Como fazer análise documental**. Universidade de Porto Alegre, 2006.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & educação**, n. 27, p. 46-60, 2003.

KAPLÚN, Gabriel. Contenidos, itinerarios y juegos: tres ejes para el análisis y la construcción de mensajes educativos. **VI Congreso de ALAIC**. (2002).

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. **Revista do tribunal regional do trabalho da 10ª região**, v. 20, n. 2, p. 13-36, 2016.

LEITE, Priscila Souza Chisté. Produtos educacionais em mestrados profissionais na área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais Educativos. **CIAIQ2018**, v. 1, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e pesquisa**, v. 38, p. 13-28, 2012.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência**. São Paulo, 2018.

LOVATO, Livia Maria. **As contribuições de uma sequência didática formativa para a prática de estágio curricular supervisionado, para alunos do ensino médio integrado**. 2020. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de São Paulo, Sertãozinho-SP

LÜDKE, Menga. O que conta como pesquisa? **Cadernos de pesquisa**, v. 39, n. 138, p. 1037-1037, 2009.

MARTINS, Priscila Bernardo; CURI, Edda. Estágio Curricular Supervisionado: uma retrospectiva histórica na legislação brasileira. **Revista eletrônica de educação**, v. 13, n. 2, p. 689-701, 2019.

MOSÉ, Viviane. **A escola e os desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro - RJ, 2013. 336p.

MOURA, Dante Henrique. A Formação de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica. **Revista brasileira da educação profissional e tecnológica**, Rio Grande do Norte, v.1, n.1, p.23-38, 2008.

MOURA, Dante Henrique; GARCIA, Sérgio Ricardo de Oliveira; RAMOS, Marise Nogueira. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**: documento base. Brasília – DF: [s.n], 2007.

MOURA, Dante Henrique. Trabalho e formação docente na educação profissional. Curitiba –PR, 2014.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. 2013. p. 232-232.

OLIVEIRA, Samara Sabino de. **Estágio supervisionado no contexto do ensino remoto emergencial**: uma análise sob a perspectiva de estudantes das licenciaturas de química e física. 2023.

DE OLIVEIRA, Tiago Fávero. AS DISPUTAS ACERCA DA IDENTIDADE DOS INSTITUTOS FEDERAIS: Uma leitura a partir da categoria historicidade. **Formação em Movimento**, v. 5, n. 11, p. 1-20, 2023.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas - SP, 2019.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucema. **Estágio e docência**. Jundiá - SP. 2023.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática. São Paulo – SP, 2012.

QUEIRÓS, Bruna Tatianne Moura de; RESENDE, Tânia de FREITAS. O perfildos alunos do ensino médio integrado da rede federal de educação: o caso do IFNMG–

Campus Avançado Janaúba. **Educação profissional e tecnológica em revista**, v. 7, n. 2, p. 1-19, 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf> Acesso em: 8 janeiro2023 Acesso em 21/01/2024

RAMOS, Marise Nogueira. O currículo para o ensino médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. **Educação & sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 771-88, set. 2011.

ROSA, Marise Marçalina de Castro Silva. **Tecendo uma manhã**: o estágio supervisionado no curso de pedagogia mediado pela extensão universitária. São Luiz (MA), 2010.

RAMOS, Marise Nogueira. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, educação e saúde**, v. 1, p. 131-152, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SILVA, Danilma de Medeiros; MOURA, Dante Henrique. A implementação do Pronatec e as implicações na política de educação profissional: o prescrito e o efetivado. **Educação e pesquisa**, v. 48, p. e240913, 2022.

SILVA, Rilda Simone Maia da. **Estágio curricular e sua contribuição na construção da identidade profissional dos estudantes da educação técnica de nível médio**. 2019. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal do Amazonas, Manaus-AM

SOUZA NETO, Samuel et al. O estágio supervisionado como prática profissional, área de conhecimento e locus de construção da identidade do professor de Educação Física. **Construção da identidade profissional em educação física: da formação a intervenção**. Florianópolis: Editora da Udesc, p. 113-140, 2012.

UCHOA, Pablo do Nascimento. A importância do estágio supervisionado para a formação docente: um relato de experiência. **Revista didática sistêmica**, v. 17, n.2, p. 43-57, 2015.

VIANA, Inajara Amanda; COSTA, Robson Antônio Tavares. Um estudo sobre a importância do estágio supervisionado para a formação profissional dos Acadêmicos de secretariado executivo da UNIFAP. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, 2(2): 55-68, 2015 - ISSN 2359-3539.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; DE SOUZA JÚNIOR, Antônio. A educação profissional no Brasil. **Revista Interações**, v. 12, n. 40, 2016.

VIEIRA, Dourivam Elias. **O estágio supervisionado curricular na formação do**

técnico em agropecuária no IFPB Sousa. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

VIEIRA, Josimar de Aparecido; VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello; PASQUALLI, Roberta. Estudo de caso como estratégia de ensino para a Educação Profissional e Tecnológica. **Série estudos**, v. 22, n. 44, p. 143-159, 2017.

VIEIRA, Josimar de Aparecido; VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello; PASQUALLI, Roberta. Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: formação humana em todas as dimensões. **Série estudos**, v. 28, n. 63, p. 137-154, 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Belo Horizonte – MG, 2015.

APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL

Nesta seção, descreveremos a definição e a elaboração do produto educacional como resultado da investigação, assim como as justificativas e também as características pedagógicas do produto.

a) Produto Educacional

Uma das particularidades do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT é a exigência de apresentação de um Produto Educacional (PE) ao término da pesquisa. No cumprimento deste requisito, este estudo elaborou como PE, uma Cartilha com orientações sobre estágio supervisionado. Esse recurso pedagógico abordará aspectos gerais sobre o estágio curricular na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM).

Segundo Brasil (2019), os produtos educacionais referem-se a qualquer material educativo, desenvolvido com a finalidade de auxiliar no processo de ensino-aprendizagem em ambientes formais, como salas de aula, ou em outros ambientes de contextos formativos. Esses produtos são criados com objetivo de ajudar alunos, educadores, instituições educacionais ou outros profissionais envolvidos no processo educativo, os recursos educacionais podem ser físicos ou digitais.

De acordo com Kaplún (2003) é fundamental considerar os produtos educacionais como elementos que facilitam as experiências de aprendizagem. Eles têm o papel de orientar e enriquecer essas experiências em diversas dimensões da aprendizagem. Levando sempre em consideração, entre outros aspectos, a compreensão de conceitos ou percepções, a influência sobre as emoções, o desenvolvimento de habilidades ou atitudes, entre outras características.

Freitas (2021) enfatiza que ao desenvolver um PE, além do aspecto da contribuição formativa, deve-se também atentar para sua forma ou à estética de design, independentemente de ser guias de aprendizagem, livros, catálogos, cadernos de atividades, cursos em ambientes virtuais de aprendizagem ou outros recursos. Para o autor, estes produtos devem ser inclusivos e pressionar pela eficácia, funcionalidade, e ser utilizáveis de forma a otimizar nos processos de aprendizagem. A reflexão proposta por Freitas se torna fundamental para o

aprimoramento de produtos educacionais.

Segundo Leite (2023) é plausível sugerir que caracterizar um produto educacional unicamente com base em sua aparência, enfatizando o aspecto lúdico, pode ser relevante se a área educacional salientar essa necessidade, de forma específica e justificável. Vale ressaltar também que a elaboração e aplicação de produtos educacionais, devem refletir a forma como é apresentado e utilizado, essas observações são importantes para avaliar suas eficiências e eficácias.

Diz ainda o autor, que os produtos educacionais devem espelhar o conteúdo dissertado como objeto de estudo e buscar concretizar seus propósitos. O autor também defende a importância de caracterizar o produto pelo seu conteúdo e pela forma como é direcionado ao público-alvo.

b) Justificativa da criação do Produto Educacional

As observações de Leite (2023) nos parágrafos anteriores, nos ajuda a justificar a elaboração da cartilha como Produto Educacional. O conteúdo dissertado mostrou de forma contundente a necessidade de existência de recurso didático que auxilie alunos e equipes multidisciplinares na compreensão mais aprofundada do papel do estágio na formação integrada. Os resultados da pesquisa mostraram que 65.2% dos alunos pesquisados, dizem que falta mais informação acerca do estágio. E se considerarmos também aqueles que não souberam opinar, 16,7% como grupo que sente necessidade de informações acerca do estágio, temos aí uma expressiva quantidade de alunos, 81,9% que requer de forma urgentes, fontes de informação que esclareçam as potencialidades do estágio dentro da EPTNM.

Ainda sobre a justificativa da elaboração da Cartilha orientativa sobre os termos inerentes ao estágio, apegamo-nos em mais resultados. Desses resultados, podemos citar os 33,3% dos participantes que relataram ter entendimento limitado sobre os conceitos de estágio. Essa porcentagem evidencia a necessidade de esclarecimento e aprimoramento das diretrizes do estágio curricular supervisionado para esses alunos.

Em última exposição das justificativas, citamos os instrumentos regulatório do próprio programa, ProfEPT, que mencionam obrigatoriedade da Elaboração de um Produto Educacional para obtenção do título de mestre, bem como o que alerta

Lovato (2020), segundo a autora, a ausência de instrumentos pedagógicos que esclareçam os conceitos de estágio, fragiliza a EPT como um todo.

c) Características pedagógicas do Produto Educacional

As características pedagógicas da Cartilha estão amparadas nas orientações de Kaplun (2002; 2003). Para o autor, é indispensável que a elaboração dos Produtos Educacionais leve em consideração, as características pedagógicas com base nos eixos conceitual, pedagógico e comunicacional. Esses eixos tendem a colaborar com a aproximação dos envolvidos nos processos de ensino aprendizagem e nos achados da pesquisa.

O eixo conceitual para Kaplun (2002) serve de direcionamento para atender o perfil dos usuários. O eixo pedagógico ajuda na adaptação e escolha das atividades, nas estratégias de uso e nos sistemas de avaliação dos resultados. Já o eixo comunicacional, contribuirá para que o produto desenvolvido seja leve, no sentido da aceitação, da compreensão e do engajamento do público a qual o recurso educacional é direcionado.

Dessa forma, o produto educacional resultante desta pesquisa considera todos esses aspectos, tais como sua utilidade, capacidade de atingir os objetivos estipulados, aspectos lúdicos, inclusivos e de apresentação visual. Esses pontos de reflexão foram os fundamentos orientadores para a criação do produto educacional.

d) Cartilha pedagógica do estágio

Com o propósito de solucionar algumas lacunas relacionadas ao entendimento do estágio como item curricular indispensável para a formação profissional dos estudantes da EPTNM. Espera-se melhoria no entendimento dos processos de gerenciamento do estágio no campus. A cartilha traz orientações básicas aos alunos, ao setor de estágio, as coordenações de cursos e as empresas concedentes de vagas de estágio. Ela esclarece pontos ligados às diretrizes, as avaliações, as contribuições para a formação profissional.

Além disso, fornecer ainda, orientações sobre os requisitos para ingresso no estágio, formas de realização do estágio, apresenta as responsabilidades do estagiário, do supervisor e do orientador de estágio. A cartilha esclarece também os

procedimentos quanto a avaliação, direitos e deveres dos estagiários, além de dicas e sugestões para uma experiência bem-sucedida durante o estágio, entre outros pontos.

A proposta pedagógica da cartilha é clara e está em sintonia com a literatura que orienta a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) e busca destacar o estágio como componente curricular que promove a formação abrangente dos estudantes, considerando as perspectivas da formação profissional, intelectual, acadêmica e social.

Káplun (2003) evidencia que os conteúdos apresentados por meio de materiais educativos, tende a facilitar o aprendizado e contribui na obtenção de novas experiências. Assim sendo, pode-se compreender que esse instrumento é adequado para ajudar os alunos e toda comunidade escolar a expandir os conhecimentos acerca do estágio curricular supervisionado ofertado pelo campus Laranjal do Jari. Nestes termos, a cartilha intitulada: “Estágio no Ensino Médio Integrado: o que eu preciso saber?”, apresenta a seguinte estrutura sumária:

- ✓ Apresentação
- ✓ A Quem se Destina esta Cartilha
- ✓ Para Início de Conversa
- ✓ Fundamentação Legal
- ✓ Conhecendo Termos Importantes
- ✓ Estágio: Perguntas e Respostas
- ✓ Currículos Lattes
- ✓ Estágio e Emprego
- ✓ Trabalhos como principio educativo
- ✓ Referências

ANEXO I - QUESTIONÁRIO

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NA COMPREENSÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO (EMI): um estudo na Amazônia Oriental

(**Observação:** O questionário original compreende um total de 30 perguntas. Entretanto, estrategicamente, apenas 12 foram selecionadas para este estudo).

PERFIL DO PARTICIPANTE

01 - Qual seu Sexo? (escolha uma das opções)

Masculino. Feminino.

02 - Qual sua idade? _____

03 - Em que tipo de escola você estudou o ensino fundamental?

(escolha uma das opções a seguir)

- Somente em escola pública
 Somente em escola privada
 Parte em escola pública, parte em escola privada

04 – Em relação a sua cor/raça como você se considera? (escolha uma das opções)

Branca Preta Parda Amarela Indígena

05 - O quanto cada fator influenciou na sua escolha em estudar no IFAP:

	Muito Alto	Alto	Médio	Baixo	Muito Baixo	Irrelevante
	1	2	3	4	5	6
Meus pais incentivaram						
Para obter o certificado do ensino médio						
Para me preparar para o ENEM e ingressar na Universidade						
Para conseguir um emprego como técnico						
Para obter certificado de curso técnico						
Por influência dos meus amigos						

06 - Qual seu curso?

Técnico em Administração. Técnico em Florestas

Técnico em Logística.

Técnico em Meio Ambiente

SOBRE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

07 - Em uma escala de 1 a 5, assinale o quanto você entende sobre as diretrizes e regulamentos que regem os estágios curriculares na educação profissional?

(escolha uma das opções)

1 - Não entendo,

2 - Entendo pouco,

3 - Entendo moderadamente,

4 - Entendo bem,

5 - Entendo muito bem.

08 - Avalie seu conhecimento sobre como os estágios curriculares são geralmente avaliados e pontuados em sua instituição de ensino.

(escolha uma das opções)

1 - Não conheço,

2 - Conheço pouco,

3 - Conheço moderadamente,

4 - Conheço bem,

5 - Conheço muito bem.

09 - Em sua opinião, qual a contribuição do estágio na sua formação técnica profissional? (escolha uma das opções)

Boa contribuição

Excelente contribuição

Contribuição regular

Não faz diferença alguma na minha formação

Não sei opinar

10 - Em uma escala de 1 a 5, assinale o quanto você entende sobre o papel de um SUPERVISOR de estágio? (marque uma alternativa)

1 - Não entendo,

